

Índice de Ilustrações	3
Índice de Apêndices.....	4
Índice de Anexos	5
Índice de Abreviaturas.....	6
Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract.....	10
Introdução.....	11
Capítulo 1 – Ação Coletiva, Espaço Público e Participação Cidadã.....	14
1.1 Ação Coletiva e Movimentos Sociais	14
1.2 Espaço Público e sociedade civil.....	19
1.3 Atores e Participação Cidadã.....	23
Capítulo 2 – O Contexto da crise da dívida pública e a emergência do Movimento de Auditoria Cidadã à dívida em Portugal	26
2.1 A crise da dívida pública na União Europeia.....	26
2.2 A Crise da dívida pública em Portugal.....	29
2.3 Experiências internacionais de participação cidadã em resposta à crise da dívida pública	32
2.4 A história da IAC – Iniciativa de Auditoria Cidadã à Dívida	34
Capítulo 3 – Opções Metodológicas.....	38
3.1 O Modelo de Análise.....	38
3.2 Método e técnicas de recolha e análise da informação. Análise de conteúdo....	43
Capítulo 4 – Apresentação e análise dos Dados	50
4.1 Atores	50
4.2 Processos	57
4.3 Temas	72
4.4 Vozes	76
Capítulo 5 – Discussão dos Resultados	79

Conclusões.....	83
BIBLIOGRAFIA	86
APÊNDICES	90
ANEXOS	91

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Diagrama dos elementos estruturais do Espaço Público	39
Figura 2 Os Processos	41
Quadro 3 Os Documentos do corpus de análise	46
Figura 4 Representação sistémica dos 4 momentos na vida da IAC	46
Quadro 5 Quadro das Variáveis - ideias-chave - usadas na Argumentação	47
Figura 6 A razão para a presença da IAC no espaço público	48
Quadro 7 Indicadores de caracterização dos Atores	50
Quadro 8 Indicadores de valoração da intervenção dos Atores.....	51
Gráfico 9 Caracterização dos Atores - Sexo	52
Gráfico 10 Distribuição dos Atores por Tipologia de Intervenção	53
Gráfico 11 Caracterização dos Atores-Motores: Sexo.....	54
Gráfico 12 Caracterização Atores-Motores: Idade.....	54
Gráfico 13 Caracterização Atores-Motores por Tipologia de Intervenção	55
Quadro 14 Matriz dos Atores-Motores.....	56
Quadro 15 Intervenção dos Atores-Motores em outros Movimentos Sociais.....	57
Figura 16 Análise Sincrónica e Diacrónica dos momentos de deliberação.....	59
Quadro 17 Distribuição dos Eventos por formas de ação estratégica	59
Gráfico 18 Contextos das Entidades promotoras dos Debates	60
Gráfico 19 Distribuição Geográfica dos Debates	61
Gráfico 20 As várias formas de Ação Política Direta	62
Figura 21 Rede dos Parceiros Locais da IAC.....	63
Quadro 22 Legenda da Rede de Parceiros Locais da IAC	63
Quadro 23 Organizações fundadoras da Declaração da Conferência de Atenas sobre dívida e austeridade	64
Figura 24 O sítio da IAC na internet	66
Quadro 25 Programação do Ciclo de Cinema "A Dívida sem cortes"	68
Gráfico 26 A IAC nos canais de Televisão	69
Gráfico 27 A IAC na imprensa escrita: Revistas semanais	69
Gráfico 28 A IAC na imprensa escrita: Jornais diários	69
Quadro 29 Sobre a Pedagogia da Dívida.....	75
Quadro 30 As Vozes no Enquadramento do real, nos Debates	77
Quadro 31 As Vozes, no Enquadramento do real, nos Debates	78

ÍNDICE DE APÊNDICES

- Ápêndice 01_Cronograma de eventos
- Ápêndice 02_Cronograma de cartazes
- Ápêndice 03_Cronograma de estudos elaborados
- Ápêndice 04_Matriz dos Atores
- Ápêndice 05_Análise Tipológica_Ideais-tipo
- Ápêndice 06_As formas que as variáveis-tipo assumem nos documentos que constituem o *corpus* de análise
- Ápêndice 07_Matriz dos Atores-Convidados
- Ápêndice 08_Matriz dos Parceiros-Locais
- Ápêndice 09_Matriz dos Parceiros-Internacionais
- Ápêndice 10_Imprensa_escrita: Jornais diários
- Ápêndice 11_Imprensa_escrita: Revistas
- Ápêndice 12_Imprensa_escrita: Jornais não diários
- Ápêndice 13_Imprensa_televisiva
- Ápêndice 14_Biografias de Atores-Motores
- Ápêndice 15_Fluxograma do sítio da IAC na internet
- Ápêndice 16_Matriz dos Vídeos produzidos por outras entidades
- Ápêndice 17_Matriz dos Vídeos reproduzindo sessões da IAC

ÍNDICE DE ANEXOS

- Ánexo_01_Convenção de Lisboa_Convocatória
- Ánexo_02_Convenção de Lisboa_Resolução_Final
- Ánexo_03_Encontro_Nacional_Relatório_Preliminar
- Ánexo_04_Encontro_Nacional_Resolução_Final
- Ánexo_05_Petição Nacional
- Ánexo_06_Petição Nacional_ANEXO_I
- Ánexo_07_Petição Nacional_ANEXO_II
- Ánexo_08_Carta aos Deputados AR
- Ánexo_09_Conferência Parlamentar
- Ánexo_10_Declaração da Conferência de Atenas
- Ánexo_11_ONU_Salvaguarda de Direitos Humanos

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ADSE	Assistência na Doença aos Servidores do Estado
ATTAC	Associação para a Taxação das Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos
BCE	Banco Central Europeu
BE	Bloco de Esquerda
BPN	Banco Português de Negócios
CADTM	Comité pour l'Abolition des Dettes Illégitimes
CDS	Centro Democrático e Social
CRP	Constituição da República Portuguesa
ECB	European Central Bank
EU	European Union
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos 20 (UE e 19 maiores economias do mundo)
IAC	Iniciativa de Auditoria Cidadã à Dívida
ICAN	International Citizen Audit Network
IMF	International Monetary Fund
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a C e Desenvolvimento Europeu
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PPD-PSD	Partido Social Democrata (antes Partido Popular Democrático)
PPP	Parceria Público Privada
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RSI	Rendimento Social de Inserção
EU	União Europeia

**À Ana e ao Pedro, os meus filhos,
Que constroem as suas famílias com inteligência e amor**

**Ao Tiago e ao André, os meus netos,
Que todos os dias me desafiam para renascer**

**À Matilde e ao Arnaldo, os meus pais,
Que ainda jovens ousaram deixar a sua terra natal e vir para Benfica
Onde encontraram trabalho, se conheceram, constituíram família
e educaram as suas cinco filhas**

**Ao João e aos amigos e amigas
Com quem partilho a minha vida**

AGRADECIMENTOS

Quando após uma carreira profissional de mais de 40 anos comecei a preparar a fase de envelhecimento ativo, encontrei no curso de Sociologia do ISCSP o plano de estudos pelo qual me interessei ao longo da vida, mas que não tinha sido, até então, uma opção profissional.

Matriculei-me e aqui completei a Licenciatura e frequentei as aulas de Mestrado, em turmas do horário pós-laboral de que guardo felizes recordações. Foi nessa época que fui surpreendida pela crise da dívida pública, sobre a qual não tinha qualquer informação, mas que despertou em mim a necessidade de a conhecer. Para esse interesse não foi estranho, certamente, a leitura crítica do livro “O estado a que o Estado chegou”, no âmbito da cadeira de Sociologia, a minha convicção de que as PPP não são um mal em si mesmas, podendo servir como ferramentas para antecipar o futuro, e a abordagem a questões relacionadas com a literacia financeira, no programa da cadeira de Sociologia do Consumo. Pela comunicação social tomei conhecimento da realização do 1º Encontro Nacional da IAC, a que assisti, e a cujas referências noticiosas passei a dar atenção vindo a considerar como um interessante tema de estudo.

Expresso os meus agradecimentos a esta prestigiada Escola que me acolheu e de cuja cultura eu comungo, aos seus Órgãos Diretivos e Executivos, a todo o Pessoal Docente e Discente. Um agradecimento especial aos digníssimos Professores e Professoras do Núcleo de Sociologia e das cadeiras opcionais – Antropologia Política, Pensamento e

Teoria Política e Globalização - que ao longo destes oito anos me ensinaram, me avaliaram e estimularam o meu interesse neste percurso de aprendizagem.

Gostaria, de agradecer ao meu orientador – Professor Doutor Fernando Humberto Serra – pela sua sabedoria e humanidade, pela confiança que depositou em mim, pelo incentivo e estímulo na procura de respostas às minhas dificuldades. Da mesma forma, um agradecimento ao Professor Doutor José Castro Caldas, na qualidade de ator da IAC, pela sua disponibilidade em esclarecer as interrogações que me foram surgindo e com quem validei as conclusões a que o trabalho de investigação me conduziu. À Professora Doutora Maria da Luz Ramos pela leitura crítica que fez do meu trabalho e que, por isso, me ajudou a enriquecê-lo.

Aos meus amigos Ana Maia, João Duarte e Duarte Oliveira que leram, comentaram e reviram o texto e ao meu filho Pedro Samorrinha, que me deu uma colaboração fundamental nas questões da forma, para todos, a minha maior gratidão.

Um último agradecimento especial - nunca é demais - aos meus filhos e netos e aos amigos que ocupam uma posição central na minha vida e a quem, muitas vezes, não dedico o tempo e a atenção que merecem.

Para todos e todas - nunca é demais - muito obrigada!

RESUMO

No final de 2009 teve início a «crise da dívida pública europeia». Depois da Grécia e da Irlanda, em Maio de 2011 foi celebrado o acordo de assistência financeira entre o governo português e a Troika e, em nome da «dívida soberana», foram impostas ao povo português medidas de austeridade que incluíram a privação de direitos contratualizados. À semelhança da resposta espoletada na Irlanda com o surgimento de grupos de cidadãos que realizaram auditorias da dívida, também em Portugal, um grupo de 289 cidadãos subscreveu uma convocatória com o fim de instituir um processo de Auditoria Cidadã à Dívida Pública.

Teve então início uma ação coletiva que se designou de *IAC – Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à dívida*, tendo como objetivo analisar a dívida pública portuguesa e estimular o debate sobre as suas causas e consequências, e reclamando a sua renegociação.

É objeto do presente trabalho o estudo da forma como a *IAC-Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida* se mobilizou enquanto agente no espaço público. Utilizando uma metodologia de «estudo de caso», pretende-se conhecer os atores, os contextos, os temas e a argumentação usados no «espaço público» e, daí, partir para a caracterização da IAC enquanto movimento social.

Palavras-chave: crise da dívida pública; auditoria cidadã; cidadania; espaço público; ação coletiva; movimento social; democracia participativa.

ABSTRACT

In 2009's end happened «the European public debt crises». After Greece and Ireland, in 2011 May, Portuguese government and Troika celebrated an agreement for financial support; Portuguese people became under austerity governance suffering the privation of some social welfare measures, including entitled rights, on behalf of «sovereign debt». As Irish People did with the creation of citizen audit debt, in Portugal, a group of 289 citizens, “demanding an urgent different approach for the Portuguese public debt problem”, had subscribed the establishment of the Lisbon Convention in order to perform a process of public debt citizen audit.

Thus, a collective action emerged whose purpose was to analyze the Portuguese public debt and to stimulate the debate about its causes and consequences demanding its renegotiation. It was named “*IAC – A Citizen Audit Initiative*”.

This work aims to study how “*IAC - A Citizen Audit Initiative*” has mobilized in the public space. Applying the methodology of «case study», our research intends to show how actors, contexts, matters and argumentation were used in public space; then to characterize IAC as a social movement.

Key words: public debt crises; citizen audit; citizenship; public space; collective action; social movement; participatory democracy.

INTRODUÇÃO

Quando, em agosto de 1982, o ministro das finanças do governo do México informou Washington que o seu país não poderia cumprir o *serviço da dívida*, teve início formal a «crise da dívida internacional». Outros países em desenvolvimento seguiram o exemplo do México gerando uma resposta por parte do sistema financeiro mundial e um expressivo movimento internacional de solidariedade para com os países endividados. Este movimento teve especial visibilidade:

- i) Na última década dos anos 80 quando, sob o lema “outro mundo é possível”, se formaram os movimentos «altermundialistas» com propostas *alternativas* às praticadas pelo sistema financeiro mundial;
- ii) Em 2000, ano do Grande Jubileu, em que o Papa João Paulo II, através da carta apostólica Terti Millennio Adveniente se pronunciou a favor da anulação da dívida, obtendo essa proposta recetividade por parte de alguns governos ocidentais e de organizações não-governamentais;
- iii) Em 2001, com a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

No final de 2009 teve início a «crise da dívida pública europeia». Depois da Grécia e da Irlanda, em Maio de 2011, foi celebrado o acordo de assistência financeira entre o governo português e a *troika* – BCE, EU e FMI; o povo português foi confrontado com a imposição de medidas governamentais de austeridade que incluíram a privação de direitos contratualizados, em nome da dívida soberana. Questões como “o que se deve?”, “a quem se deve?”, “é justo que sejam os contribuintes a pagar?” perturbaram a consciência de muitos cidadãos que se mobilizaram para, em conjunto, encontrarem respostas para essas perguntas.

À semelhança da resposta espoletada na Irlanda com o surgimento de grupos de cidadãos que realizaram auditorias da dívida (*Afri – Action from Ireland e de Debt and Development Coalition Ireland and Unit Trade Union*) teve então início, em Portugal, uma ação coletiva que se designou de *IAC – Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à dívida*.

Constitui-se em Lisboa, em 2011.12.17, na Convenção de Lisboa, tendo como objetivo a criação de uma auditoria cidadã à dívida pública; um ano depois, em 2013.01.19, realizou-se o 1º Encontro Nacional da IAC em que foi apresentado e discutido o

Relatório Preliminar do Grupo Técnico. Como conclusão do Encontro, a Comissão Executiva foi mandatada para promover uma petição pública à Assembleia da República – “Pobreza não paga a dívida. Renegociação já!” – subscrita por 6445 cidadãos eleitores e entregue na Assembleia da República em 2013.01.30 que, em outubro do mesmo ano a discutiu, não tendo obtido a aprovação por parte dos deputados daquela Assembleia. Contudo, a IAC foi convidada a participar na Conferência Parlamentar sobre Dívida Pública que se realizou em 2014.12.16, na sala do Senado da Assembleia da República, no âmbito do processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento.

Como ação coletiva, constituiu um recurso político de grupos sociais “sem poder” e assentou no direito de intervir na ordem pública. Focou-se nas questões da política nacional, particularmente no conhecimento das componentes da dívida e na deteção de partes ilegais dessa dívida e enquadrou-se no ambiente internacional de protesto: subscrevendo a Declaração emanada da Conferência de Atenas sobre Dívida e Austeridade e sendo parte ativa na ICAN, Rede Internacional de Auditorias Cidadãs à Dívida. Solidariamente com os movimentos sociais dos países europeus mais endividados, proclamou palavras de ordem como “Somos todos Gregos!” ou “Espanha, Irlanda, Grécia, Portugal, a nossa luta é internacional!”, reforçando a dimensão internacional do protesto e as semelhanças no contexto político e económico com esses países europeus.

Embora o tema da *dívida soberana*, a nível internacional, mantenha regularidades sociológicas que se vêm manifestando há mais de trinta anos – recessão económica, aumento do desemprego e da emigração, aumento do endividamento dos Estados e das famílias, aprofundamento das desigualdades sociais - só recentemente tem merecido algum investimento pelo lado da sociologia, de que são exemplos Castells, Caraça e Cardoso (2012) e Haro (2012). A quase ausência de estudos sociológicos sobre o tema, à data do início do presente trabalho, constituiu uma limitação do estudo.

Este trabalho tem como pergunta de partida: como a *IAC-Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida* se mobilizou enquanto agente no espaço público, no contexto da dívida pública, entre 2011 e 2014?

Nesse âmbito, pretendemos conhecer o contexto social, económico e político da emergência da IAC, os agentes se mobilizam, isto é, quem são os atores desta ação coletiva e quais os seus vínculos políticos e profissionais, quais os temas argumentados/tratados por esses agentes, as ações públicas que esses agentes realizam, quem as promove e em que contextos - (Encontros/debates; ciclos de cinema; ações de formação; participação em manifestações) e, finalmente, como se caracteriza a IAC do ponto de vista da ação coletiva e que tipo de movimento social é, na realidade.

Daí a relevância do presente trabalho, na expectativa de que possa contribuir para futuros estudos a realizar.

No primeiro capítulo apresenta-se o estado da arte sobre «ação coletiva e movimentos sociais», «sociedade civil e espaço público» e «atores e participação cidadã». O contexto das crises das dívidas europeia e nacional e a referência a algumas experiências que têm ocorrido a nível internacional, por parte dos cidadãos, ao serem confrontados com o problema da dívida pública dos seus países, são desenvolvidos no segundo capítulo onde também se apresenta um breve resumo sobre a vida da IAC. O terceiro capítulo é preenchido com as opções metodológicas e, no quarto capítulo, faz-se a apresentação e a análise dos dados. Os resultados da investigação encontram-se comentados na discussão dos resultados a que se segue as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – AÇÃO COLETIVA, ESPAÇO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A ação coletiva pode constituir-se enquanto *modus operandi* num processo de conflito, negociação e resolução de situações problemáticas. Emerge da existência de interesses divergentes e visa a transformação de descontentamento ou de reivindicação em atos públicos de natureza coletiva; são processos pelos quais as práticas quotidianas dos indivíduos e dos grupos, as suas decisões, a sua atividade militante, as suas produções intelectuais e as suas lutas sociais contribuem para transformar as instituições, os valores, as normas, e, mais em geral, as configurações sociais que prevalecem numa sociedade, num dado momento (Campenhoudt, 2003).

1.1 Ação Coletiva e Movimentos Sociais

Para além da definição acima enunciada, em Étienne, Bloess, Noreck e Roux (2008, p.9) encontramos uma definição mais restritiva e mais política, pela qual optamos, considerando apenas as atividades através das quais um grupo procura agir sobre um ordenamento social e promover a reivindicação de que é portador. Segundo os mesmos autores, a existência de um protesto coletivo pressupõe duas dimensões favoráveis: i) existirem organizações de base em que se apoiem os que reivindicam; ii) o sistema político não dispor de instituições que lhe permitam integrar a reivindicação (Étienne, Bloess, Noreck, & Roux, 2008, p. 10).

Relacionado com o conceito de ação coletiva temos o de movimento social que difere do primeiro “ [...] À medida que (a ação coletiva) cresce e se consolida, vai adquirindo uma maior planificação e organização internas, a persistência das atividades no tempo, a racionalização das tarefas e objetivos, a adoção de estratégias de intervenção a médio e longo prazo” Stock, Teixeira e Revez (2005, p. 244); ou, em comparação com os conceitos de partido político e de grupo de pressão, os movimentos sociais apresentam como características “ [...] um grau de estruturação oscilante e variável, fazem um discurso de natureza «transversal», onde a eleição de um tema acaba por abarcar os

inúmeros campos onde esse tema acontece; o cenário ou «espaço» preferencial de atuação é a sociedade [...]” (Stock, Teixeira, & Revez, 2005, p. 246).

Nesta base, consideramos que a IAC, a ação coletiva em estudo, se integra no conceito de movimento social de que fazemos seguidamente um breve estado da arte. Começando pela definição de movimento social, Scott e Marshall (2009) consideram que os movimentos sociais não são em si próprios organizações formais, mas sim redes livres de indivíduos e grupos que podem ligar um número diverso de organizações.

Após uma visita aos contributos teóricos clássicos, Bessa (2002, p. 77) sintetizou-o em “um empreendimento coletivo, legal ou ilegal, que visa um objetivo de mudança ou de resistência no campo social, organizando recursos materiais ou humanos para esse fim e que dura no tempo”. Estando contida nesta definição uma sequência de etapas que enunciou:

- a) Institui-se como grupo
- b) Mobiliza uma parte da sociedade
- c) Desenvolve um certo grau de organização
- d) Assegura os contactos entre os elementos
- e) Coordena as ações
- f) Recolhe fundos
- g) Estuda os métodos mais eficazes de ação na rua, na cidade ou no campo
- h) Tem uma certa duração

Consultando Stock, Teixeira e Revez (2005), encontramos a seguinte definição de movimento social: “uma rede de interações informais entre indivíduos, grupos e/ou organizações que, em interação normalmente conflitual com autoridades políticas, elites e oponentes procuram introduzir mudanças no exercício ou distribuição do poder em favor de interesses cujos titulares são coletivos [...]” (Stock, Teixeira, & Revez, 2005, p. 249).

Um movimento, é um sintoma da sociedade em certo estado e num certo tempo. Desenvolve temas que acolhem eco na população mas não vinga sem o apoio da sociedade. Preenche as seguintes funções, segundo Bessa (2002, pp. 98-99): mediação, negociando as suas reivindicações junto do poder, enquadrando os seus membros e socializando-os; esclarecimento da consciência coletiva (fazendo entrar os seus argumentos nas casas das pessoas, consencionalizando a opinião pública segundo técnicas do consumo de massas e de persuasão); pressão, dado que a forma de atingir os objetivos é exercer pressão sobre o poder através de campanhas de imprensa e meios de comunicação social.

Existem fatores que propiciam a participação em ações coletivas. Stock, Teixeira e Revez (2005) classificam-nos em:

- a) **Fatores individuais e intersubjetivos:** a insatisfação e frustração sentida pelos indivíduos face às condições materiais de vida; a existência de redes sociais que desenvolvem uma teia de contactos criando condições para a participação efetiva na ação coletiva; a convicção de ser mais eficaz reivindicar, junto com *esses outros* (com quem partilham valores, símbolos e horizontes) os interesses ou valores que sentem ameaçados ou recusados.
- b) **Marcos da ação coletiva:** refere-se ao conjunto dos valores, crenças e convicções que justificam a ação coletiva e onde é feita a denúncia da injustiça e da ilegitimidade daquilo que o movimento denuncia atribuindo responsabilidades. Origina um campo antagónico constituído pelos *outros* – responsáveis da injustiça – e *nós*, os apoiantes do movimento, imbuídos de um sentimento de indignação moral. Estes significados, de natureza política e mobilizadora, são construídos nas redes de ativismo dos movimentos sociais.
- c) **Fatores internos:** abordagem de temas próximos dos problemas reais da população e lógicas de atuação informais e participativas na tomada de decisões constituem um estímulo à participação nos movimentos sociais;
- d) **Processo de mobilização:** conjunto de ações visando a motivação e adesão aos movimentos sociais que compreende a formação do potencial de mobilização, investindo nos indivíduos que se identifiquem com os objetivos e metas do movimento, a formação e ativação das redes de captação; o recurso a redes de contacto e a grupos informais para intensificar o ativismo dentro do próprio

movimento; a motivação para a participação e a consciência das suas vantagens, levando os indivíduos a acreditar que os proveitos que advêm do seu envolvimento no movimento compensam os eventuais custos e, finalmente, a superação de obstáculos como os custos da deslocação, a inacessibilidade dos locais onde decorrem as iniciativas, o enfraquecimento da motivação, o medo da repressão ou da chantagem profissional, a pressão familiar são alguns dos obstáculos que podem constranger os indivíduos a participar nos movimentos sociais.

Sobre o **êxito** ao alcance dos movimentos sociais, Stock, Teixeira e Revez (2005, p 328) cita Claus Offe (1992) que o tipificou da seguinte forma: êxitos «substanciais», quando as decisões tomadas pelas elites vão de encontro às reivindicações do movimento; êxitos «processuais», quando as reivindicações são contempladas nos *modus faciendi* das decisões tomadas pelas elites e êxitos «políticos», quando obtêm o reconhecimento social e institucional dos aliados institucionais e dos apoiantes.

Tendo elaborado uma revisão da literatura sobre os movimentos sociais, apresentam um quadro comparativo entre o novo e o velho paradigma dos movimentos sociais, identificando o «velho paradigma» com a sociedade industrial e, o «novo paradigma», com a sociedade pós-industrial. Sobre o «novo paradigma», o mesmo caracteriza-se: quanto à **base ideológica**, pela crítica da democracia representativa e a orientação para valores gerais e objetivos concretos; quanto aos **valores**, pela autonomia pessoal e identidade, pelos valores do pós-materialismo – direitos humanos, qualidade de vida, trabalho não alienante – pela obtenção de bens ou benefícios coletivos; quanto à **base social de apoio**, pela ausência de estrutura de classe com predomínio de membros das novas classes médias; quanto à **organização**, pelas redes informais de interação, organização descentralizada, anti-hierárquica e assente no funcionamento de assembleias; quanto às **formas de ação**, pela política de protesto, com o desenvolvimento de ações para influenciar a opinião pública, os governantes e os meios de comunicação social.

Sobre as teorias contemporâneas dos movimentos sociais, Stock, Teixeira e Revez (2005) sintetizam-nas da seguinte forma: teoria da **ação coletiva**, em que a ação coletiva tem por base não a existência de interesses comuns ou de grupo, mas antes as

motivações individuais; teoria da **mobilização de recursos**, em que o êxito dos movimentos depende dos recursos disponíveis; teoria dos **processos políticos**, em que o desenvolvimento dos movimentos sociais depende sobretudo da estrutura de oportunidades políticas; teorias da **identidade**, os movimentos sociais que permitem ao indivíduo construir ou recuperar a identidade ameaçada pelos processos de modernização; teoria dos **novos movimentos sociais**, formados pelos membros das novas classes médias, motivados por preocupações relacionadas com a qualidade de vida e a identidade pessoal e coletiva.

Também Guerra (2006) apresenta os cinco paradigmas sociológicos que, segundo a autora, respondem à questão sobre como se constrói a ação coletiva: as teorias do **comportamento coletivo** de cariz funcionalista, que explicam os comportamentos coletivos por efeitos de contágio ou de imitação; a teoria da **mobilização dos recursos**, sendo a mobilização concebida como o resultado dum trabalho de organização e captação de recursos materiais e humanos e, na qual, a ação coletiva não emerge de forma espontânea, mas como uma ação institucionalizada; a teoria dos **novos movimentos sociais** que se constitui em torno de Touraine, Melucci, Habermas e Offe, autores que analisam os fenómenos de mobilização coletiva no quadro do desaparecimento da classe operária aprofundando temáticas atuais em que se inserem as teorias da ação; a *frame theory* centrada na compreensão de quadros de referência que influenciam os sujeitos, considera que, na ação social, os fenómenos de mobilização são explicados pelos contextos de interação dos diversos atores; a teoria do **avanço da democracia e da crise de legitimidade**: à procura de outras formas de decisão sobre a vida quotidiana, também conhecida como «teoria da democracia participativa».

Aprofundando este último paradigma, o mesmo teve origem na área da ciência política e questiona a democracia representativa como única forma de representação dos interesses sociais. Considera a participação como um processo de maturidade democrática, não apenas do ponto de vista político mas também cultural e social. Um objetivo último da democracia participativa é politizar a vida quotidiana elucidando as formas de poder que se ocultam nas interações sociais, pela crítica às formas de dominação e desigualdade, alargando as forças emancipadoras da equidade e da justiça social. Está associada às novas formas de governança e “ [...] Centra-se nos processos,

objetivos e resultados das formas de ação coletiva [...]” Guerra (2006, p. 102) centrando-se na análise da participação.

1.2 Espaço Público e sociedade civil

Na «promoção da reivindicação» cruzam-se duas dimensões intimamente associadas: o «espaço público» e a «sociedade civil».

Finlayson (2005) apresenta-nos a narrativa de Habermas sobre a evolução do espaço público: no início de séc. XVIII, com o estabelecimento de direitos cívicos garantindo as liberdades individuais de associação e de expressão e a emergência de uma imprensa livre deu lugar a espaços físicos tais como cafés e salões e a revistas literárias nos quais os cidadãos podiam entrar em discussões públicas livres. Estas arenas eram autónomas em dois sentidos: a participação era voluntária e eram relativamente independentes dos sistemas económico e político. Rapidamente desenvolveu-se uma cultura compartilhada que, entre outras coisas ajudou os participantes a descobrir e a exprimir as suas necessidades e interesses e a formar uma conceção de «*bem comum*». Habermas justifica a desintegração e o declínio da esfera pública, a partir de finais do século XIX, pelo facto de os jornais e as revistas gradualmente terem conseguido uma circulação massiva e, entretanto, terem sido absorvidos por poderosas corporações capitalistas operando no interesse privado. Gradualmente, a opinião pública perdeu a sua autonomia bem como a sua função crítica: a esfera pública tornou-se uma arena na qual a opinião pública pode ser gerida e controlada e em que os jornais de grande circulação, em conjunto com a rádio e a televisão, os sufocam em vez de promoverem liberdade e florescimento humano.

Considerando que os Estados contemporâneos são pouco exigentes face à economia, situação agravada pela mundialização e pela globalização, torna-se imperioso para obstar a que o Mercado, em vez do interesse geral, seja a única lei universal, que os Estados mantenham uma posição de árbitro e de garante do bem comum. Tal o pensamento expresso em Hansotte (2005), em que a autora associa a necessidade do espaço público à crítica do Estado dado que, o espaço público, permite manter a

igualdade entre governantes e governados colocando aos cidadãos o desafio de obrigarem os Estados a respeitarem o perímetro das suas funções.

A autora distingue quatro grandes esferas de atividades humanas, de fronteiras móveis: a esfera privada das relações próximas ou familiares, determinada pela afetividade e a partilha do património; a esfera pública do trabalho, do comércio e dos negócios, determinada por transações financeiras ou por contratos de produção; a esfera social de compromissos voluntários, determinada pela liberdade das trocas; a esfera da intervenção própria do Estado de direito, garante das três anteriores esferas.

O espaço público é um modo de participação no espaço político comum, tendo um contexto privilegiado na esfera social mas não se reduz a ela pois tem a componente de enunciação e, assim, é caracterizado pela emergência de novos laços informais e pluralistas de discussões sobre problemas da sociedade. É constituído por agrupamentos voluntários – associações políticas, filosóficas, sociais, ambientais, organizações não governamentais, bases sindicais ou partidos - fora da esfera do Estado e do Mercado.

É uma instância simbólica de enunciação democrática e de formação da vontade política, visando efeitos políticos através da sua influência pública. Daí que, “[...] saber argumentar não é um luxo, é uma necessidade [...]” Breton (1998, p. 18) assim refere, considerando ainda que não saber argumentar é uma das fontes de desigualdade cultural que se sobrepõe às desigualdades sociais e económicas e, mesmo, uma das fontes de exclusão. Este autor menciona os três elementos que definem o campo da argumentação: argumentar é comunicar, o que implica a existência de parceiros e de mensagem; argumentar não é convencer; argumentar é “raciocinar, propor uma opinião a outros dando-lhes boas razões para a ela aderirem” (Breton, 1998, p. 22).

Para arranjar lugar para a opinião proposta, Breton (1998) apresenta uma primeira categoria de argumentos – os argumentos de autoridade – assim designados porque os oradores ou os convidados são aceites pelo auditório como uma autoridade na matéria e, quanto mais um orador suscitar confiança, tanto mais aceitável será o enquadramento real que ele propõe. E apresenta três tipos de raciocínio de autoridade: pela competência - técnica, científica, moral e profissional - que legitima o seu olhar sobre o real; pela

experiência, associado a uma prática efetiva; pelo testemunho, o facto de ter estado presente num acontecimento, dependendo do critério de confiança.

O apelo a pressupostos comuns – opiniões, valores, lugares – quando existe comunhão de pensamento e ação entre o orador e o auditório também constitui um elemento de enquadramento. A argumentação nunca é o caminho mais direto para fazer partilhar uma opinião, mas é o mais rico culturalmente e o mais aberto: tendo opiniões, crenças e valores, o homem tudo faz para os manifestar e os partilhar com os outros Breton (1998, pp. 20-21). Reforçando esta ideia, Hansotte (2005, p. 96) considera que a legitimidade da sociedade civil se baseia no espaço público e na qualidade dos processos de argumentação.

Ao introduzirmos a revisão da literatura sobre cidadania e sociedade civil, invocamos o contributo de Moreira (2012):

“ [...] A cidadania é um tema que ocupa o pensamento político desde as primeiras meditações dos politólogos gregos [...] os Gregos orgulhavam-se da sua condição de cidadãos, que consideravam superior à condição dos súbditos do imperador da Pérsia e do faraó do Egito. Mas Aristóteles tinha a noção de que essa cidadania era uma aquisição recente e representava um avanço em relação à ainda não esquecida submissão a chefes tribais despóticos. Esta cidadania, em relação ao Poder, significa que este está limitado na esfera da coação que é da sua própria natureza; em relação ao homem, significa que lhe está reservada uma esfera de autonomia que inclui participar na definição do aparelho de coação. Estes limites [...] definem uma moldura ideológica que é principalmente preenchida pela doutrina dos Direitos do Homem” (Moreira, 2012, p. 30).

Segundo Bilhim (2008), na cultura de cidadania ativa o papel do Estado e dos cidadãos também muda: os cidadãos pretendem “jogar” de forma a conseguirem melhor qualidade de vida com os seus direitos fundamentais garantidos (bem estar económico e social, coesão social e liberdade política) e o papel do governo também vai mudar de forma a assegurar que, com novas redes, novos protagonistas e novos atores, o processo democrático poderá ser preservado e o interesse público salvaguardado.

«Sociedade civil cidadã» é uma formulação recente de «sociedade civil» definida por Hansotte (2005), que considera que, no sentido atual do termo, a sociedade civil é configurada por atores empenhados em movimentos de opinião e de luta ou, ainda, por associações permanentes voluntárias, pelo que são cidadãos interessados nos sistemas estatais e económicos.

Revisitando o conceito de sociedade civil, Wnuk-Lipinski (2009), situa a sua origem na «comunidade política» de Aristóteles, mais tarde designada pelos Romanos como “*societas civilis*” em que se referia a uma comunidade em que (os membros masculinos dessa comunidade) podiam participar nas discussões públicas e gerir a “polis”. Aquele sociólogo restringiu a designação «sociedade civil» a uma categoria especial de comunidades humanas cujos membros possuem a capacidade e o desejo de influenciar as formas como a comunidade funciona. O cientista Wolfgang Merkel político alemão citado por Wnuk-Lipinski (2009), atribuiu-lhe quatro funções consagrando os contributos de filósofos e cientistas de diferentes escolas:

- 1) Proteção contra as arbitrariedades do Estado na tradição liberal de John Locke;
- 2) Observação e controlo do poder do Estado na tradição do conceito de prestação de contas de Montesquieu;
- 3) Socialização democrática dos cidadãos – de Tocqueville - sugerindo que a sociedade civil atua como uma incubadora de virtudes cívicas tais como tolerância, negociação e reciprocidade;
- 4) Criação de «esfera pública» e provisão de atores que operem nesta esfera – Habermasiana – com a formação de canais de discurso cívico e mobilização em torno de valores e interesses.

No nosso trabalho, adotamos o conceito de «sociedade civil cidadã» definido em Hansotte (2005) onde a caracteriza da seguinte forma:

“ [...] é configurada por atores empenhados em movimentos de opinião e de luta ou ainda por associações permanentes graças à mediação de espaços públicos. Esta sociedade civil tem por função pôr em confronto as exigências do mundo vivido e as escolhas políticas, económicas ou tecnológicas. Por isso se designa por «sociedade civil cidadã»” (Hansotte, 2005, p. 75).

1.3 Atores e Participação Cidadã

A ação coletiva é um processo que tem inerente a participação de atores. Sobre «ator» Molénat, et al. (2011) considera que há duas formas de abordar o indivíduo em sociedade: agindo em função dos papéis sociais e dos determinismos (o sistema prevalece sobre o ator) ou, em oposição, o indivíduo tem autonomia e conseqüentemente, capacidade de escolha, de raciocínio e de deliberação. A sociologia contemporânea oferece várias facetas do «ator» - «*Homo economicus*» (calcula o melhor possível as suas vantagens e custos), «*ator estratégico*» (age em função de uma racionalidade limitada, razoável), «*ator comprometido*» (age em nome de valores e compromete-se em função dos seus projetos ou paixões).

Campanhoudt (2003) define «ator» como “figura individual, mas mais frequentemente coletiva, portadora de um sentido mobilizador e definida em relação a um desígnio que lhe é próprio. Um ator existe a partir do momento em que uma força social tenta fazer valer um certo ponto de vista no espaço público”.

As teorias da ação são de acordo com Scott e Marshall (2009), as que apresentam a ação humana como o principal objeto para a Sociologia. Tendo como referência o nome de Parsons cuja teoria começa com uma análise sistemática da ação em que apresenta o ator social optando entre diferentes significados e objetivos, condicionado por contextos que limitam as suas escolhas quer psicológica quer socialmente, em que as normas e os valores são as limitações sociais mais importantes. Para além da teoria de Parsons, Scott e Marshall (2009) apresenta três teorias da ação modernas com diferentes significados: a natureza da ação racional levantada com os trabalhos de Weber e que põe em causa a possibilidade da explicação causal da ação; a etnometodologia e fenomenologia; o interacionismo simbólico pela negociação de significados que se desenrola entre os atores. Os mesmos autores, reportando-se ao acionalismo de Touraine, atribuem a este sociólogo francês o objetivo de, com esta perspectiva teórica, substituir a sociologia da sociedade pela sociologia dos atores dado que coloca o ator social no centro da atenção; os atores não são apenas componentes dos sistemas sociais, mas os agentes desses sistemas.

Esta perspectiva está patente em Touraine (2006) onde considera que falar-se sobre movimento social significa colocarmo-nos no ponto de vista dos atores, estando estes conscientes do que têm em comum ou dos mecanismos dos conflitos em que se

definem. E, sobre a clarificação do conceito de movimento social, o autor define-os como condutas coletivas.

Segundo Cardoso e Jacobetty (2012) a sociedade é formada por redes que ligam todos os domínios e que têm na base o conhecimento e a informação. Fora do exercício do poder, mas potencialmente aptos para o exercer, há profissionais com licenciaturas universitárias que são deixados fora pela crise, muitos deles não conseguindo encontrar um trabalho para o qual obtiveram formação académica. Entre eles encontram-se os atores dos novos conflitos sociais. Os novos conflitos sociais são produto da ação individual mas simultaneamente das ações em rede. Os autores designam-as por «elites por objetivo» dado que são reconhecidas como tal pelos seus pares. “O seu poder é construído nas redes e simbolicamente expresso tanto em redes sociais online, como nas ruas, baseado na capacidade de atualizar continuamente as suas ações e objetivos e apoiar uma rede de partilha de ideias e ações sob uma lógica de acesso permanente, entre os seus membros” (Cardoso & Jacobetty, 2012, p. 216).

A experiência de cooperação em várias organizações aumenta a propensão para participar, estimulando a atividade política e fornecendo recursos essenciais para a atividade social, conforme é defendido em Guerra (2006), .

A teoria do avanço da democracia e da crise de legitimidade: à procura de outras formas de decisão sobre a vida quotidiana - conhecida como corrente da «democracia participativa» - apresentada em Guerra (2006), visa explicar a associação e organização coletiva de atores sociais, apresentando novas formas de participação sociopolítica. Segundo a autora, com a globalização, assiste-se a uma intervenção crescente dos Estados a nível económico porque, uma vez que a nação está integrada na economia mundial, a implantação produtiva e a circulação das mercadorias são controladas e negociadas pelos Estados nacionais. Estas transformações acarretam indefinições sobre os novos modelos de intervenção e de responsabilização coletiva, das formas de regulação estatal e de participação social, colocando desafios à prática participativa e política dos atores envolvidos, como a qualificação técnica tanto do governo como da sociedade.

O pano de fundo da cultura política da participação é uma ética que vincula governantes e governados, na perspectiva de Bessa (1993) em que, a *petição popular* para questões normativas, ou as *manifestações*, como expressão de sentimentos partilhados, são canais

de participação cidadã. Têm, como pressupostos, consciência política e consciência cívica em que a educação é um elemento decisivo para o funcionamento da democracia.

CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA CRISE DA DÍVIDA PÚBLICA E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO DE AUDITORIA CIDADÃ À DÍVIDA EM PORTUGAL

2.1 A crise da dívida pública na União Europeia

No início do século XXI, os países ricos parecem entregues a uma crise interminável da dívida levando Piketty (2014) a concluir que “*o mundo rico é rico; são os seus Estados que são pobres*” e apresenta a Europa como o caso mais extremo por ser, simultaneamente, o continente onde os patrimónios privados são os mais elevados do mundo e onde existe mais dificuldade em resolver a sua crise da dívida pública. A justificação para esse paradoxo está contida na resposta à pergunta que coloca: “como fazer para reduzir significativamente uma dívida pública elevada tal como a atual dívida europeia?” Segundo o autor, existem três métodos principais que se podem combinar em diversas proporções sendo que “*a pior solução, quer quanto a justiça quer eficácia, é uma cura prolongada pela austeridade. Contudo, [...] é essa a solução que está a ser seguida atualmente na Europa*” (Piketty, 2014, p. 829).

Sobre a crise¹ têm sido produzidos muitos estudos sobretudo na área da economia, de que a citação anterior é um exemplo. A relevância social da ciência económica no diagnóstico da crise é abordada em Haro F. A (2015):

“ [...] a divulgação do conhecimento económico fornece à cidadania uma ferramenta que aumentaria o seu nível de autoconsciência sobre a crise, que lhe permitiria saber “o que se passa” e que, por conseguinte, criaria as condições de possibilidade para um posicionamento bem fundamentado relativamente à atual conjuntura para, se for preciso, participar ativamente no debate económico que hoje tem lugar no seio da sociedade portuguesa. Existe, pois, uma ligação direta ou indiretamente assumida entre estes textos-diagnóstico entendidos como produtos de divulgação, mas também como ferramentas cívicas” (Haro F. A., 2015, p. 10).

¹ De *Krisis*, palavra grega que significa «decisão» e começou por ser usada em medicina como o ponto crítico que permite o diagnóstico Wiewiorka (2012, p. 119).

Porém, depois de 2011, também no campo da sociologia surgiram vários contributos. Analisando as diversas abordagens existentes até então na análise da crise, Wiewiorka (2012) resume-as a duas: um fenómeno financeiro que ganhou impulso com a crise do crédito hipotecário de alto risco e a deriva do crédito ao consumidor juntamente com a securitização de ativos muitos deles revelados tóxicos; a segunda abordagem remete o início da crise para o ano de 1973, quando os países árabes produtores de petróleo aumentaram subitamente o preço do petróleo «bruto» o que esteve na origem das transformações que desde então têm vindo a verificar-se.

No primeiro caso, a crise financeira alargou-se a uma crise económica que deu origem a dificuldades sociais e a tensões políticas. Esta abordagem predomina entre os economistas, diferenciando os keynesianos dos monetaristas por os primeiros considerarem que a crise é consequência da retirada do Estado fomentada por Thatcher e por Reagan;

Do ponto de vista da análise sociológica, o autor considera que existem três ferramentas analíticas para abordagem da crise e discrimina-as: a crise, como um problema de um sistema, para explicar os comportamentos desviantes em resultado da não concordância entre os objetivos culturalmente valorizados pela sociedade e as possibilidades de acesso aos meios legítimos para os atingir; a crisiologia, segundo Morin; e Crise e conflito, uma abordagem com base na existência de uma perda ou de um défice de conflitualidade focando-se a análise, não no sistema, mas nos atores.

No segundo caso, a crise tem a particularidade de simultaneamente revelar o que estava invisível (a *“brutalidade e injustiça extrema do sistema financeiro”*) e ter o efeito de pôr em movimento as forças de decomposição e destruição, mas também as forças de transformação pelo que constitui um «ponto crítico» num processo que inclui dimensões de construção, inovação e invenção. No terceiro caso, Touraine é o autor representativo desta abordagem que, ao nível político ou institucional, considera que há uma crise se o sistema político se mostrar incapaz de lidar com as exigências que vêm da sociedade ou que não consiga manter o diálogo social. A este nível – político ou institucional – o conflito, ao contrário da crise, provém de atores que exercem pressão para melhorar a sua posição relativa dentro do sistema político.

Ainda para outros autores, o termo «crise» é muito vago para “capturar a realidade” do que acontece num mundo em que as instituições financeiras e as transações são tão interligadas, tão complexas e tão opacas. Thompson (2012) propõe-se clarificar o conceito de «crise» e, para tal, faz um estado da arte tomando como ponto de partida a análise da natureza das crises avançada por Habermas, em *Legitimation Crises*, - que destacava a importância do sistema económico como principal fonte de crises - e a que Weber e economistas como Keynes e Schumpeter acrescentaram a importância do dinheiro, da dívida e dos empréstimos no funcionamento da economia e das atividades dos Estados modernos. Na sua análise, Thompson (2012) inclui ainda a interligação transnacional das instituições políticas e financeiras através de operações complexas de mercados de títulos e de agências de notação. Distingue a crise financeira (que envolve o atrofamento do sistema financeiro), a crise política (que envolve os vários desafios que se colocam aos estados com as exigências que lhes são colocadas e que podem pôr em causa a sua legitimidade) e a crise social (um mal-estar social em que as pessoas sentem que o seu mundo é posto em causa, as suas condições de vida ameaçadas e o seu futuro incerto).

Ainda segundo Thompson (2012, p. 97), atualmente os estados e os governos estão implicados na crise e expostos em três frentes: sofrendo a acusação de tratarem os banqueiros com ligeireza face à utilização que fizeram dos recursos públicos para resgatar os bancos; lidando com a exposição da vulnerabilidade e da fragilidade da situação orçamental de alguns estados, causada pelos resgates e pela recessão, e impulsionando-os a reduzir a despesa pública e criando, dessa forma, uma nova frente na crise financeira; refletindo sobre como é que os estados podem lidar com mais uma série de incumprimentos em larga escala (com o possível colapso do euro se a crise sair do controlo).

Uma outra linha de análise da crise reporta-se às causas e aos responsáveis. Nunes (2013) apresenta alguns exemplos de que as altas instâncias do poder conheciam os responsáveis pela crise europeia:

- a) Em abril de 2009, na reunião de Londres, o G20 considerou «as grandes falhas do setor financeiro como as causas fundamentais da crise»;
- b) Em Outubro de 2010 a Comissão Europeia, na Comunicação sobre A Tributação do Sistema Financeiro, concluía que «o setor financeiro é tido por grande

responsável pela ocorrência e pela envergadura da crise e seus efeitos negativos nos níveis de endividamento público à escala mundial»;

- c) Em Fevereiro de 2011, o Parlamento Europeu, no Relatório Podimata, reconhecia que o comportamento irresponsável da banca agravou e acelerou a crise orçamental e da dívida e acarretou um ónus inesperado dos orçamentos públicos não tendo dado qualquer contributo para pagar a crise, cujos custos têm sido suportados essencialmente pelos contribuintes;
- d) Em Setembro de 2011 a Comissão Europeia, na Proposta de Diretiva do Conselho sobre um Sistema Comum de Imposto sobre as Transações Financeiras, sustentava que o sistema financeiro tinha desempenhado um papel fundamental no desencadeamento da crise, enquanto os estados e os cidadãos europeus, na retaguarda, arcaram com os custos;
- e) No final de 2011, o ministro das finanças alemão, Wolfgang Schäuble reconhecia que «a cupidez e a procura de lucros cada vez mais elevados nos mercados de capitais têm responsabilidade na crise bancária e económica e, depois, na crise de países inteiros, com a qual estamos confrontados desde 2008» (Nunes, 2013, pp. 235-236).

No decurso deste período, as pessoas aperceberam-se de que muitos no setor financeiro tinham beneficiado de bónus desproporcionados, enquanto as reais vítimas da crise criada pelos banqueiros ficavam sem emprego. Tal constatação é expressa em Stiglitz (2013), reforçando que as pessoas viram os Governos socorrerem os bancos, mas, por outro lado, serem relutantes “*em estender o subsídio de desemprego aos que, sem culpa alguma, não conseguiam arranjar emprego depois de meses e meses de procura*”. A partir de que conclui que “*a crise financeira desencadeou uma nova perceção de que o nosso sistema económico não só era ineficiente e instável, como também era profundamente injusto*” (Stiglitz, 2013, p. 39).

2.2 A Crise da dívida pública em Portugal

A sociedade portuguesa enfrenta uma profunda crise que vai muito além da crise financeira do Estado português e que, de acordo com Mateus (2013), se articula com uma crise específica da construção e da governação europeia. Entende o autor que ambas as crises são questionadas pelas dificuldades de compatibilização entre o

aprofundamento e o alargamento da União Europeia, no novo contexto gerado pela introdução da moeda única e pela integração dos Estados-membros da Europa Central e Oriental. Considera que os novos Estados-membros, especialmente os da Europa Central, são portadores de algumas vantagens competitivas que enumera: i) mais baixos salários; ii) mais elevados níveis de educação e de qualificação da população ativa; iii) posicionam-se geograficamente no centro da União Europeia e no espaço polarizado pelo investimento no exterior da economia alemã.

Por essas razões, comparativamente com Portugal, “*oferecem vantagens relevantes na localização de atividades associadas à fragmentação das cadeias de produção de muitos bens de consumo, tal como na satisfação de procuras turísticas das classes trabalhadoras das principais economias da UE15*” (Mateus, 2013, p. 15).

Analisando o impacto, em Portugal, das medidas anti-crise, decididas pela União Europeia, num estudo elaborado para o Comité Económico e Social Europeu, órgão consultivo da União Europeia, Caldas (2013) caracteriza as três fases da União Europeia correlacionando-as com os correspondentes pacotes de medidas anti-crise implementados pelo governo português: i) fase financeira (de março de 2008 a dezembro de 2008); ii) fase económica (de dezembro de 2008 a fevereiro de 2010); iii) fase orçamental (após fevereiro de 2010). Assim, na fase financeira foram implementadas medidas de reforço da estabilidade financeira, na fase económica, medidas de combate à pobreza, de proteção familiar, de apoio à atividade empresarial e aos proprietários e arrendatários de imóveis e, como resposta à recessão verificada em 2008, obras de modernização das escolas, da infra-estrutura tecnológica (redes de banda larga) promoção de energia renovável, apoio ao emprego e reforço da proteção social. Após março de 2010 as medidas implementadas foram a redução das deduções e benefícios fiscais, tributação extraordinária em IRS, revisão dos planos de pensões, aumento do IVA, redução dos salários da administração pública, congelamento de promoções e progressões na função pública, congelamento de pensões, redução dos encargos com o RSI, com a ADSE e com o Abono de Família.

²² UE15: União Europeia a 15 expressão que era utilizada na altura em que a União Europeia só tinha quinze membros (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia).

Depois de 21 de junho de 2011, o governo resultante das eleições por chumbo do PEC 4, lançou uma sobretaxa de IRS de 3,5% sobre o rendimento coletável no ano de 2011 e reviu a taxa de IVA dos bens energéticos para a taxa normal. O número de desempregados evoluiu de 464 mil em 2009 para 720 mil em Novembro de 2011; o número de desempregados sem acesso ao subsídio passou de 237 mil para 410 mil em Novembro de 2011.

A racionalização dos serviços públicos, nomeadamente da saúde, levou ao aumento das filas de espera e ao aumento das taxas moderadoras, à privação da utilização dos serviços por segmentos da população da escala média-baixa de rendimentos. Levou também ao aprofundamento das desigualdades em Portugal que, de acordo com a OCDE, é o país com maior desigualdade de rendimento da União Europeia ao que se juntou um *“vincado recuo no rendimento disponível das famílias e a compressão do consumo privado”* (Caldas, 2013, p. 10).

Por sua vez Mamede (2015) faz uma descrição sucinta do conjunto das medidas económicas, políticas e sociais que deram contexto à emergência da IAC. Considera que, desde meados de 2010, se verificou a contenção de despesas públicas e o aumento das receitas de que são exemplos, na contenção de despesas públicas, a redução do subsídio de desemprego e do investimento público e, no aumento das receitas, a redução das deduções fiscais, pelo alargamento da taxa máxima do IVA a vários produtos.

Após a assinatura do Memorando de Entendimento que acompanhou o resgate financeiro a Portugal, em maio de 2011, essa contenção compreendeu cortes de salários e subsídios na função pública, congelamento de promoções e admissões, aumento do horário de trabalho para 40 horas, redução de prestações sociais, cortes nas pensões, novas reduções no subsídio de desemprego, fecho de escolas, de centros de saúde, de repartições de finanças e de tribunais, diminuição do investimento público, aumento das taxas de vários impostos (IVA, IRS, IRC, IMI e outros), aumento das contribuições sociais e várias alterações às regras laborais, como a redução de indemnizações por despedimento, a limitação da possibilidade de recurso aos tribunais por parte dos trabalhadores em caso de despedimento, a redução do valor das horas extraordinárias, a flexibilização dos horários de trabalho, o aumento do número de horas trabalhadas e a redução de férias e de feriados.

2.3 Experiências internacionais de participação cidadã em resposta à crise da dívida pública

Algumas das experiências recentes, de tipo diferente, vividas na Europa - Irlanda, Noruega, França e Espanha - como resposta à «crise da dívida», são referidas em Fattorelli (2013). Assim, na Irlanda, os grupos que realizaram a auditoria à dívida – *Action from Ireland (Afri)* e *Debt and Development Coalition Ireland and Unite Trade Union* – trataram o projeto de auditoria como uma iniciativa de investigação independente. Tendo conseguido um resultado de grande credibilidade, os grupos de comissões empreenderam uma campanha nacional originando a nova coligação de ativistas contra a dívida ilegítima na Irlanda – *Debt Justice Action*, que integra a *Anglo: Not our Debt Campaign*³.

Na primavera de 2013 o governo da Noruega realizou a primeira auditoria da dívida iniciada por um credor, uma auditoria às dívidas em que a Noruega era entidade credora e cujos devedores eram países em vias de desenvolvimento. O objetivo era avaliar a sua corresponsabilidade na contratação dessas dívidas, apenas com o intento de trazer luz ao debate e de promover práticas mais responsáveis de crédito. A diretora da Coligação para o Cancelamento da Dívida comentou “*com sorte será uma lição útil para atores interessados, tanto credores como devedores. A proposta deixa claro que o propósito da auditoria não seria cancelar a dívida.*”⁴ Antes pretendeu dar feedback aos Princípios para Promover a Concessão e Contratação de Crédito Responsável, emitidos pela ONU⁵.

Na França, por iniciativa de várias associações (ATTAC, CADTM), sindicatos (*Solidaires*, CGT, *Sud BPCE*, FSU) e com o apoio de partidos políticos (NPA, PC, PG, *Europe Écologiste les Verts*) criou-se um movimento nacional com o objetivo de conseguir uma Auditoria Cidadã da dívida pública (CAC). Criaram-se também outros coletivos locais (em número de 140) em todas as regiões, com o objetivo de que a cidadania esteja em condições de entender os temas essenciais a respeito da dívida pública e que possam atuar coletivamente utilizando as ferramentas elaboradas pelo

³ Anglo é o banco, mais repudiado, fundado pela sociedade irlandesa.

⁴ Por Gina Ekholt, diretora da Coligação para o Cancelamento da Dívida (SLUG), Fevereiro de 2013.

⁵ A SLUG espera que esta iniciativa possa converter-se num ponto de inflexão para as finanças internacionais.

CAC como, por exemplo, o guia da auditoria de um município ou de um hospital. Na Espanha, a partir dos movimentos sociais que tiveram lugar em 2011, surgiu a *Plataforma de la Auditoria Ciudadana de la Deuda* (PACD) encontrando-se este movimento constituído em mais de vinte cidades da Espanha.

Perante esta movimentação social, parece-nos imperativo aprofundar o conhecimento sobre «auditorias». Desde logo, uma definição de «auditoria» que passamos a citar:

[...] a «auditoria» é uma ferramenta técnica aplicada para examinar registos, situações financeiras e ciclos operativos com a finalidade de determinar a sua razoabilidade e adequada apresentação dos números, assim como a eficiência, a eficácia e a economia das suas estruturas”. (Fattorelli, 2013, p. 100)

Segundo a iniciativa da sua execução, as auditorias podem ser:

- a) Governamentais (da iniciativa dos governos ou entidades públicas oficiais de que é exemplo a auditoria oficial promovida pelo governo do Equador);
- b) Parlamentares (instituídas e conduzidas por parlamentares no exercício das suas atribuições de fiscalização do poder executivo de que é exemplo, a Comissão – CPI da Dívida Pública – que funcionou entre Agosto de 2009 e Maio de 2010 na Câmara de Deputados Federais do Brasil);
- c) Judiciais de que é exemplo a «Causa Olmos» da iniciativa do jornalista *Alexandro Olmos*, em 1982, denunciando a ilegalidade da dívida argentina e que teve o seu desfecho em Junho de 2000 com a sentença judicial que declarou a dívida argentina como ilegal, imoral, ilegítima e fraudulenta;
- d) Cidadãs - realizadas por cidadãos e organizações sociais - constituem uma ferramenta para que a sociedade possa compreender como o sistema da dívida submete os países e a partir daí pressionar para a realização de uma auditoria governamental com a participação cidadã.

Dada a relevância monetária da dívida pública e os seus efeitos nos pressupostos governamentais a autora defende que se justifica a permanente realização de Auditorias orientadas para a investigação de todo o processo de endividamento a fim de determinar que dívidas os povos estão a pagar, se estas apresentam vícios e/ou fraudes e se são legais e legítimas.

2.4 A história da IAC – Iniciativa de Auditoria Cidadã à Dívida

Em 17 de dezembro de 2010 o *Jornal de Negócios online*, na rubrica “13 boas ideias para desafiar a sorte”, assinada pela jornalista Rita Faria, apresentou um vídeo com as declarações do investigador Nuno Teles que apresentou a “sua ideia”:

“[...] Uma ideia simples mas que considero muito importante face aos tempos que correm em Portugal [...] de se fazer uma auditoria à dívida pública soberana por um processo público através do qual se soubesse a composição da nossa dívida pública, em que condições é que foi feita – maturidade, taxas de juro, quem são os credores e porque é que precisamos de nos endividar, ou seja, que tipo de projetos, que tipo de gastos públicos foram financiados através da dívida pública – preferencialmente em processo, não desenvolvido à porta fechada, pelo governo, mas sim com a envolvência da sociedade civil – sindicatos, associações patronais, outras organizações, idealmente com o Conselho Económico e Social e ainda com outras organizações como a Ordem dos Advogados e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Podendo parecer uma proposta muito técnica, defendia-a por duas ordens de razões:

1) Pela necessidade de transparência e o direito à informação que os Portugueses devem ter em relação àquilo que estão a pagar, ou seja, são pedidos muitos sacrifícios através do aumento de impostos e cortes salariais pelo que é um imperativo moral os Portugueses saberem o que estão a pagar e em que condições é que estão a pagar;

2) Talvez mais importante, mas de médio prazo, tem a ver com o atual contexto económico em Portugal: estamos face a uma brutal política de austeridade cujo resultado provável, sabemos hoje, é uma recessão para os próximos anos. Se o atual panorama europeu se mantiver, a dívida pública nacional tornar-se-á insustentável a médio prazo e isso coloca a questão da reestruturação da dívida. E, se isso acontecer, temos de considerar se essa reestruturação é feita por iniciativa dos credores – que é o que está a ser organizado – ou se nós, conhecendo a dívida, podemos tomar uma decisão que seja verdadeiramente do interesse público nacional e não do interesse dos nossos credores” (Teles, 2010)

Durante o ano de 2011, esta “ideia” foi defendida pelo Bloco de Esquerda e reclamada, nas ruas, por ativistas dos movimentos “Indignados” e “Geração à rasca”.

Ao analisar os fatores sociais, económicos e políticos da emergência da IAC há que referir o conceito de *boas práticas* tendo como referência outras experiências

internacionais de resposta dos cidadãos à crise da dívida pública nos seus países. Efetivamente, em setembro de 2011, foi publicado um relatório preliminar da auditoria à dívida, realizada na Irlanda, que proporcionou o conhecimento dos resultados práticos a obter de uma auditoria⁶. Daí podia inferir-se que esse conhecimento permitiria que os cidadãos tivessem a informação que os fundamentaria numa tomada de posição e nas exigências que viessem a considerar necessárias relativamente às diversas parcelas da dívida, parcelas essas que, tal como para os cidadãos irlandeses, haveria a responsabilidade de pagar.

No final do mesmo ano, em 15 de dezembro, foi anunciada a realização da Convenção de Lisboa, numa convocatória subscrita por 289 personalidades, muitas delas figuras públicas conotadas com diversas organizações políticas, culturais, sociais e académicas, com a seguinte ordem de trabalhos (Anexo 01_Convenção de Lisboa_Convocatória, p. 3):

- a. Apresentar aos cidadãos novos instrumentos de fiscalização e intervenção na vida pública que reforcem a democracia;
- b. Tornar transparente perante os cidadãos o processo de endividamento do Estado português e a situação actual da dívida pública nas suas diversas componentes;
- c. Debater as implicações e identificar alternativas para a resolução do problema da dívida pública;
- d. Formalizar o lançamento da Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública.

A Convenção de Lisboa teve lugar no Cinema S. Jorge, em Lisboa, em 17 de dezembro de 2011. Os estudos apresentados constam do Apêndice_03 Cronograma dos estudos elaborados. Das deliberações da Convenção (Anexo 02_Convenção de Lisboa_Resolução_Final, p. 3), destacamos:

⁶ Uma das conclusões foi a de que a dívida irlandesa tinha tido a sua principal origem na crise bancária e nos resgates de 2008 (Killian, Garvey, & Shaw, 2011).

1. Aprovação dos princípios fundadores da Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública: Democraticidade; Natureza participativa; Transparência; Controlo pelos Cidadãos e Independência;
2. Divulgação dos objetivos da Auditoria Cidadã à Dívida Pública e dificuldades a ultrapassar dado pretender-se uma Auditoria: Integral; Instrumental; Pedagógica e Participativa;
3. Divulgação de desafios e obstáculos que poderão condicionar o processo de auditoria;
4. Definição da composição orgânica da IAC e suas incumbências: a Comissão de Auditoria como órgão principal, podendo criar uma Comissão Executiva e apoiar-se em grupos de trabalho, designadamente o Grupo Técnico;
5. Promoção da Cooperação Internacional enquadrada na Convenção de Atenas e a Aliança Europeia de Iniciativas para Auditoria Cidadã;
6. Eleição da Comissão de Auditoria composta por 67 personalidades.

Durante o ano de 2012 desenvolveram várias iniciativas enquadradas no processo de mobilização tendo especial visibilidade as seguintes denúncias: o potencial conflito de interesse na atribuição, por parte do Governo, da auditoria às PPP à consultora Ernst & Young (o mesmo assunto foi objeto de uma exposição entregue à Procuradoria-Geral da República); o duplo pagamento efetuado pelo Estado à Lusoponte referente à cobrança de portagens na Ponte 25 de Abril durante o mês de Agosto de 2011; o estudo elaborado pela IAC concluindo que, no caso concreto da PPP Lusoponte, dever-se-ia equacionar o resgate da concessão, tendo em conta os reequilíbrios financeiros demasiado onerosos para o Estado, conforme cláusula contratual, até então nunca acionada.

Em 19 de janeiro de 2013 teve lugar, no Instituto Franco-Português, o 1º Encontro Nacional da IAC tendo como programa: o balanço das atividades desenvolvidas no 1º ano, a apresentação do Relatório Preliminar do Grupo Técnico, o testemunho de outras experiências pelos representantes das organizações *Jubilee Debt Campaign*, *EURO-Pen*, *CATDM* e *ATTAC Espanha*. Por fim, a proposta de ação e de organização da IAC a que se seguiram o debate e as deliberações de que destacamos (Anexo 04_Encontro Nacional_Resolução_Final, p. 3):

“o lançamento de uma campanha de sensibilização e mobilização da opinião pública recorrendo aos meios considerados mais eficazes, incluindo uma petição pública ou uma iniciativa legislativa”.

Em 29 de maio de 2013 teve lugar, no bar/foyer do Cinema S. Jorge o lançamento da campanha pela petição pública **Pobreza Não Paga a Dívida, Renegociação já!**, onde foram recolhidas as primeiras assinaturas. Esta petição foi promovida pela IAC conjuntamente com outras organizações da sociedade civil.

Em 30 de janeiro de 2014, a IAC procedeu à entrega formal à Assembleia da República da petição, lançada com a campanha “Pobreza Não Paga a Dívida/Renegociação Já “, contendo 6445 assinaturas. Em 6 de junho de 2014, em comunicado aos subscritores da Petição, a IAC informava:

Sobre as reuniões entretanto havidas com os partidos políticos após a entrega na Assembleia da República (exceto PSD e Verdes que não responderam ao pedido de reunião), essas audiências tinham sido muito frutuosas; mais tarde, como determina a Lei que Regula o Exercício do Direito de Petição, os representantes da IAC foram ouvidos na comissão competente pelo deputado relator a quem a petição foi atribuída. Muitas semanas volvidas, a 28 de Maio, o relatório apareceu, finalmente, sendo aprovado na Comissão de Orçamento e Finanças. Quanto ao futuro, resta esperar o agendamento. É de esperar que a petição «Pobreza Não Paga a Dívida/ Pela Renegociação Já» venha a ser agendada em conjunto com a do Manifesto dos 74.

Em 22 de outubro de 2014, em sessão plenária da Assembleia da República, teve lugar a discussão da petição lançada com a Campanha «Pobreza Não Paga a Dívida/ Renegociação Já», onde não foi aprovada. Contudo, em 23 de outubro de 2014, pela Resolução da Assembleia da República n.º 94/2014,

“a Assembleia da República resolve, [...] atenta a pertinência e a relevância do assunto objeto do presente Projeto de Resolução no panorama nacional e no futuro de Portugal e dos portugueses, mas também a enorme complexidade que envolve a análise do mesmo, desencadear um processo parlamentar de audição pública, incluindo a audição por parte desta Assembleia de personalidades relevantes, especialistas na matéria, tendo como objetivo a identificação de soluções responsáveis e exequíveis para o problema do endividamento, que permitam simultaneamente um crescimento sustentado da economia do país”.

Em 16 de dezembro de 2014, na Sala do Senado, na Assembleia da República, realizou-se a Conferência Parlamentar em que a IAC participou com uma intervenção de José Castro Caldas, no painel III, sobre a «Sustentabilidade da Dívida Pública».

CAPÍTULO 3 – OPÇÕES METODOLÓGICAS

Tratando-se de um tema pouco estudado é necessário proceder ao seu «estudo exploratório» numa abordagem em «estudo de caso». De acordo com Scott e Marshall (2009, p. 63) é um método de investigação usado em Ciências Sociais que tem como objeto um «caso», entendendo como tal qualquer unidade isolada selecionada para observação ou análise por um investigador. Esse caso isolado utiliza métodos diversificados no seu estudo.

A opção por estudo de caso fundamenta-se nas características do objeto de estudo: um fenómeno atual inserido no seu contexto real em que os limites entre esse fenómeno e o seu contexto não são claramente evidentes. O seu estudo apresenta características descritivas utilizando muitas fontes de dados, e é um estudo holístico porque tem em conta a realidade na sua globalidade.

Corresponde pois à definição de «estudo de caso» de Yin (1998) citado em Carmo e Ferreira (2008):

“ É uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real quando os limites entre determinado fenómeno e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizadas muitas fontes de dados [...] ”
(Carmo & Ferreira, 2008, p. 234).

O estudo incide sobre a IAC-Iniciativa de Auditoria Cidadã à Dívida e tem como pergunta de partida:

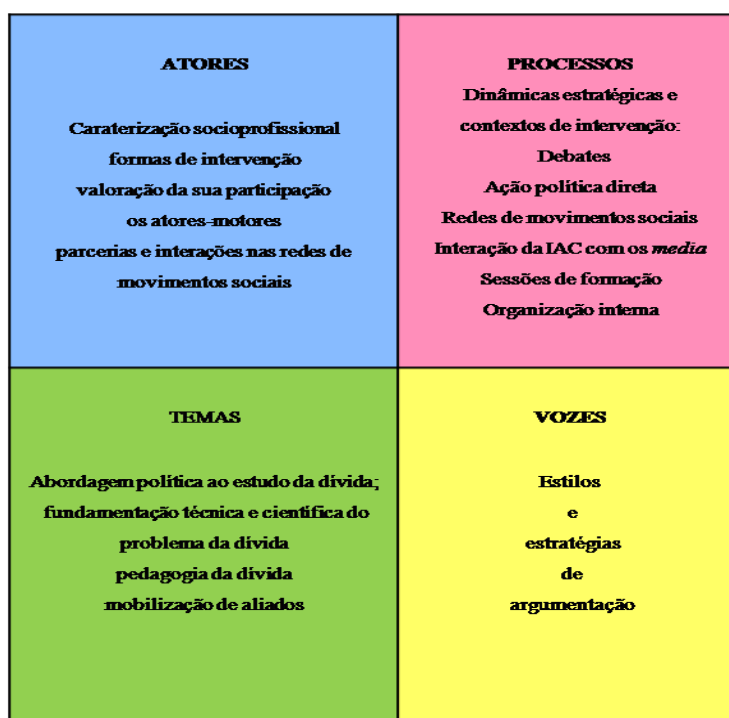
Como a *IAC-Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida* se mobilizou enquanto agente no espaço público, no período compreendido entre 2011.01.01 e 2014.12.31?

3.1 O Modelo de Análise

Seguiu-se a representação do espaço público e suas componentes apresentada por Serra e Marques (no prelo) que se fundamenta na argumentação de Habermas: a defesa de que é no espaço público que novas situações problemáticas podem ser apercebidas mais

claramente, que os esforços discursivos que visam uma compreensão comum podem ser desenvolvidos e que as identidades coletivas podem claramente articular-se. Os autores consideram que existem elementos estruturais, componentes que podem considerar-se como ideais-tipo do espaço e que, aplicados ao estudo presente, se representam da forma que se apresenta no quadro 1:

Quadro 1 Diagrama dos elementos estruturais do Espaço Público



Fonte: Adaptado a partir de Serra e Marques (no prelo, p. 2).

Através deste modelo de análise pretende-se encontrar resposta para a pergunta de partida. Na prossecução deste objetivo pretende-se conhecer

1. O contexto social, económico e político da emergência da IAC;
2. Os agentes que se mobilizam: quem são os atores desta ação coletiva e quais os seus vínculos políticos e profissionais;
3. As ações públicas que esses agentes realizam, quem as promove e em que contextos - (Encontros/debates, ciclos de cinema, ações de formação, participação em manifestações);
4. Quais os temas argumentados/tratados;
5. Como se caracteriza a IAC do ponto de vista da ação coletiva e que tipo de movimento social é, na realidade.

Passando a descrever os elementos estruturais:

a) Os Atores

Considerou-se como «Atores» os cidadãos nacionais intervenientes nos eventos desempenhando papéis com manifesta adesão à IAC, isto é, cujos nomes constam dos documentos. Destes, designou-se por «Atores-Motores» o conjunto dos Atores com maior envolvimento na ação coletiva: os empreendedores da causa. Os restantes intervenientes, pessoas singulares, atores com um desempenho ativo a convite da IAC ou de outras entidades promotoras dos eventos em que a IAC participou, atribuiu-se a designação de «Convidados». Os movimentos sociais que se associaram à IAC nesta ação coletiva, nomeadamente na promoção de iniciativas ou na subscrição da petição pública “Pobreza não paga a dívida: Reestruturação já!”, são aqui designados por «Parceiros Locais», distinguindo de Parceiros Internacionais» (os restantes movimentos subscritores da Convenção de Atenas⁷).

b) Os Processos

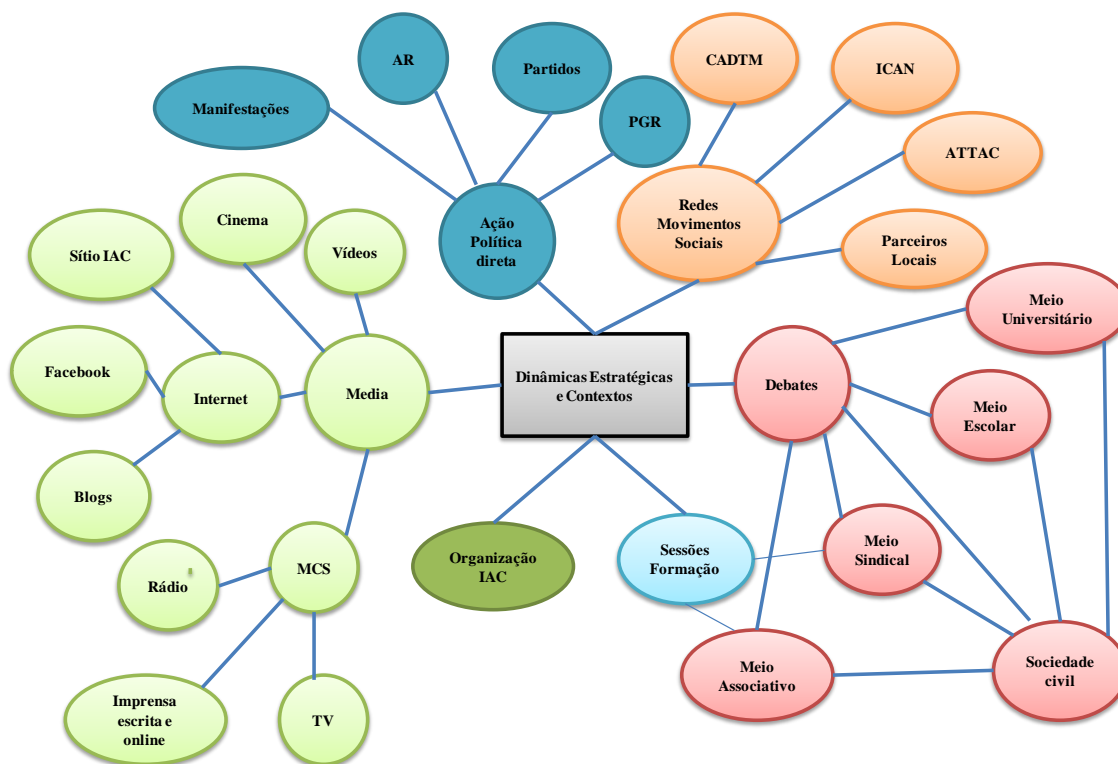
A dinâmica estratégica da IAC teve expressão nas formas abaixo indicadas e que se apresentam graficamente na figura 2:

1. **Debates**, promovidos ou participados pela IAC, tiveram como *públicos alvo* o meio escolar e académico, o meio sindical, o meio associativo e, também, o meio autárquico;
2. **Ação política direta** com a participação em manifestações de caráter político, a publicação, divulgação e distribuição de cartazes, comunicados e panfletos, a realização de petições públicas à Procuradoria-Geral da República e à Assembleia da República, as reuniões com os partidos políticos e uma carta dirigida a cada um dos deputados da Assembleia da República;
3. Interação com **redes de movimentos sociais**: a nível nacional estabelecendo partenariados expressos na coautoria da petição pública “Pobreza não paga a dívida: Reestruturação já!” e, a nível internacional, pela intervenção ativa na

⁷ Declaração da Conferência de Atenas sobre Dívida e Austeridade - Declaração de Ação e Solidariedade de 8 de maio de 2011.

- rede dos movimentos subscritores da Convenção de Atenas e na ICAN, Rede Internacional para uma Auditoria Cidadã à Dívida;
4. Interação com os *media* estando a IAC na função de sujeito ou objeto dessa interação. Enquanto sujeito, assegurou o *sítio* da IAC na internet possibilitando o acesso público aos repositórios da informação produzida pela IAC em texto, imagem e vídeos, a realização de um ciclo de cinema sobre a dívida pública e o envio para a divulgação junto da comunicação social da informação produzida. Enquanto objeto informativo, a IAC foi notícia no meio televisivo, nas revistas semanais e nos jornais diários e semanários da imprensa escrita e online;
 5. **Sessões de Formação** promovidas ou participados pela IAC em colaboração com organizações do meio associativo ou sindical;
 6. Sessões visando a **organização interna da IAC** como movimento social.

Figura 2 Os Processos



Fonte: Elaboração própria

c) Os Temas

Os temas constantes da argumentação organizam-se em redor do problema da «dívida soberana» e das «políticas de austeridade» traduzindo certas situações consideradas pelos atores como inquietantes ou dignas de reflexão mais aprofundada dada a sua projeção social. Embora conttenham uma abordagem política, centram-se na fundamentação técnica e científica do problema da dívida. Adicionalmente narram a história da dívida desenvolvendo uma «pedagogia da dívida», construída a partir de uma narrativa sobre o impacto social de diversas situações de «dívida soberana» e de medidas políticas aplicadas na sua resolução.

Simultaneamente desenvolvem um processo de mobilização de aliados a nível nacional e, a nível internacional, integram-se na rede dos movimentos subscritores da Convenção de Atenas e da Rede Internacional das Auditorias Cidadãs de que se tornam parte ativa.

d) As Vozes

As vozes dos «atores» ou dos «convidados» destacam globalmente estilos e estratégias de argumentação – os argumentos de autoridade, de analogia, de enquadramento ou de comunidade. Os debates e as controvérsias organizaram-se sobretudo em função de dois tipos de discurso: os discursos de realidade ou discursos objetivistas e os discursos de valor ou discursos críticos. Os primeiros identificando as causas ou os fatores explicativos – clarificação analítica dos fenómenos sociais ou problemas públicos associados à dívida soberana – e, os segundos, com a apreciação sobre a legitimidade ou a pertinência de decisões tomadas no quadro de políticas públicas, o valor das causas dos movimentos sociais e dos credos religiosos convidados a serem parte nos debates.

Sobre a importância da argumentação no espaço público, apoiamo-nos no contributo de Sen (2009):

“Normalmente, a resistência à injustiça alimenta-se tanto de indignação como de argumentos. A frustração e a ira podem ser uma ajuda para que nos motivemos, mas, seja como for, tanto no campo da avaliação como naquele da eficácia, em última análise, sempre teremos de nos apoiar num escrutínio argumentado que nos permita obter um entendimento plausível e sustentável do fundamento de tais queixas e daquilo que pode ser feito para se lidar com os problemas que lhes subjazem” (Sen, 2009, p. 512).

3.2 Método e técnicas de recolha e análise da informação. Análise de conteúdo

O método utilizado nesta investigação é qualitativo, com recurso às técnicas de pesquisa documental e análise de conteúdo.

Segundo Carmo e Ferreira (2008), a pesquisa documental visa selecionar, tratar e interpretar informação bruta existente em suportes estáveis com vista a dela extrair algum sentido.

Sobre a análise de conteúdo, Bardin (2009, pp. 31-47) atribui-lhe as funções: heurística, enriquecendo a tentativa exploratória e aumentando a propensão para a descoberta – “para ver o que dá” – e a de administração de prova, pela colocação de hipóteses sob a forma de questões a serem confirmadas ou infirmadas após uma análise sistemática – “para servir de prova”.

Para a autora, a técnica de análise de conteúdo “adequada ao domínio a ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento” e, quando limitada à análise categorial ou temática pode identificar-se com a análise documental mantendo as diferenças de essência (mensagem vs documento). Estrutura a análise de conteúdo em três etapas:

- a) A pré-análise com três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos a análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentarão a interpretação;
- b) A exploração do material: onde se processa a codificação e decomposição ou enumeração de acordo com as regras consideradas;
- c) O tratamento dos resultados, inferência e interpretação: operações estatísticas que permitem estabelecer diagramas e quadros de resultados que põem em relevo as informações fornecidas pela análise, sendo esses resultados submetidos a provas de validação.

A análise de conteúdo em Guerra (2008, p. 62) “tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das

interrogações do analista face a um objeto de estudo” e apresenta um modelo de análise interpretativa organizando as hipóteses explicativas do fenómeno estudado.

Segundo Bertaux (1997) citado em Guerra (2008, p. 84) “a conclusão duma pesquisa de carater exploratório consiste em esboçar hipóteses explicativas, quer por metodologias hipotético dedutivas, quer compreensivas”. As pesquisas compreensivas recorrem frequentemente à elaboração de ideais-tipo que, seguindo o conceito de Weber, não são uma descrição do real, mas uma ferramenta para compreender a ação social.

a) A escolha dos documentos

Estando definido o objetivo do presente estudo - conhecer como a IAC - Iniciativa de Auditoria Cidadã à Dívida se mobiliza enquanto agente no espaço público, no contexto da dívida soberana entre 2011 e 2014 - tomou-se o *sítio da IAC* na internet como a principal fonte documental para a recolha dos dados.

Lembrando os ensinamentos de Barata (2004, p. 152), “ todos os tipos de documentos escritos, quaisquer que tenham sido os fins para que foram originalmente elaborados, podem ser úteis ao estudioso que os saiba explorar por forma apropriada”.

Assim, com os eventos relatados em «notícias» no sítio da IAC na internet preenchemos três tabelas que designamos e estruturamos da seguinte forma:

Cronograma de Eventos (Apêndice 1): i) nº de ordem do evento; ii) data do evento; iii) título/assunto do evento; iv) local/entidade promotora do evento; v) intervenientes. Elencaram-se 78 eventos a que correspondem 78 itens da tabela.

Cronograma dos Cartazes e Folhetos (Apêndice 2): i) data do documento; ii) código de tipo de documento (C/F) iii) título/assunto do documento.

Cronograma dos Estudos elaborados (Apêndice 3): i) autor; ii) data de apresentação; iii) título/tema do estudo; iv) tipo de participação; v) evento.

A partir dos Cronogramas de Eventos e de Estudos elaborados construiu-se a Matriz dos Atores (Apêndice 4) cuja estrutura desenvolvemos na parte referente ao estudo dos Atores. Da mesma forma, construíram-se as matrizes dos Convidados (Apêndice 7), dos Parceiros Locais (Apêndice 8) e dos Parceiros Internacionais (Apêndice 9).

b) A constituição do Corpus de Análise

Segundo Becker, (1992, p. 209) “[...] a análise foca-se primeiro em descobrir a sequência de passos envolvidos no processo em estudo, mostrando como o caso progride a cada passo no tempo em que se desenvolver; dessa forma, poderá avaliar-se se o processo é tido como importante para o resultado [...]”.

Pela análise do Cronograma de Eventos concluiu-se da existência de quatro *momentos decisivos* na vida do movimento:

1. A Convenção de Lisboa, em 2011.12.17, de que resultou a criação do movimento;
2. O 1º Encontro Nacional da IAC, em 2013.01.19, em que, tendo como base a apreciação do relatório preliminar elaborado pelo grupo técnico com o balanço de um ano de atividade, foram definidos objetivos de ação para o movimento, entre eles, a realização de uma petição pública à AR;
3. O lançamento da petição pública “Pobreza não paga a Dívida, Renegociação já!”, discutida na Assembleia da República em 2014.10.22 e posteriormente defendida na Conferência Parlamentar sobre Dívida Pública;
4. A participação na Conferência Parlamentar sobre Dívida Pública, uma sessão promovida pela Assembleia da República sob proposta do Partido Socialista, «tendo como objetivo a identificação de soluções responsáveis e exequíveis para o problema do endividamento, que permitam simultaneamente um crescimento sustentado da economia do país».

Os documentos relativos a estes *momentos* constituem o *corpus* da análise descritiva e constam do quadro 3:

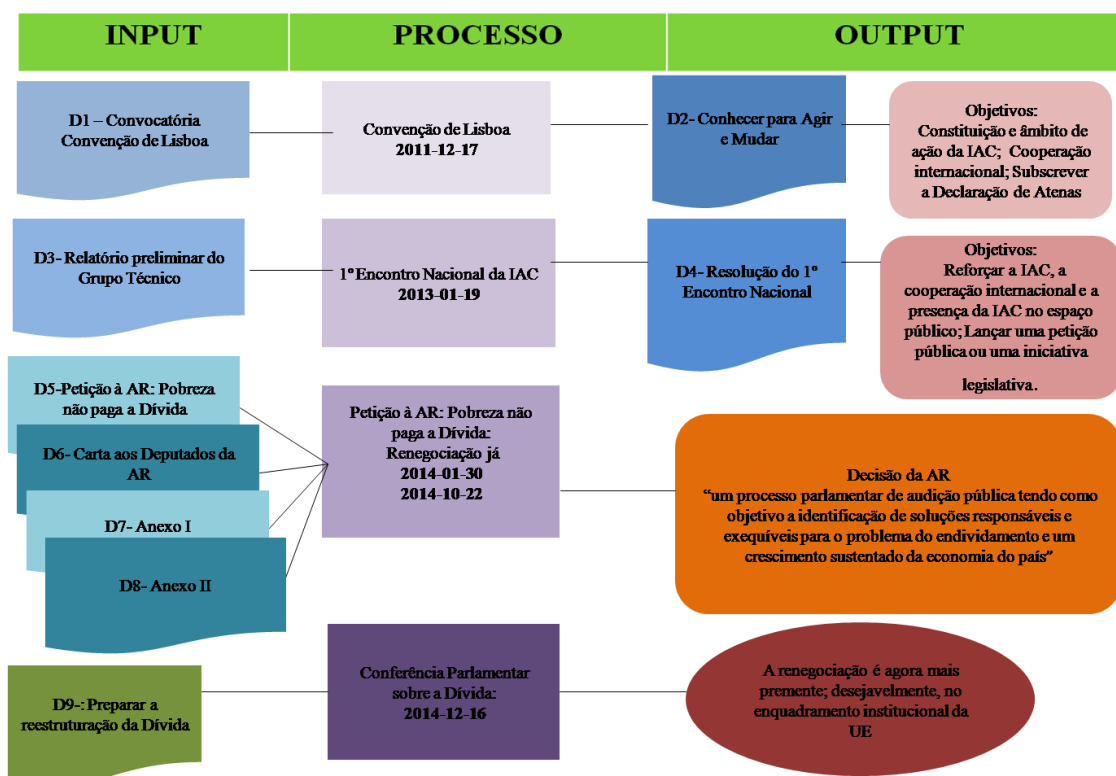
Quadro 3 Os Documentos do corpus de análise

Código	Documentos	Data
	Descritivo	
D1	Convocatória Convenção de Lisboa	2011-12-16
D2	Resolução final Convenção de Lisboa: “Conhecer para Agir e Mudar”	2011-12-17
D3	1º Encontro Nacional da IAC - Relatório Preliminar do Grupo Técnico	2013-01-19
D4	Resolução do 1º Encontro Nacional da IAC	2013-01-19
D5	Petição à AR: “Pobreza não paga a Dívida. Renegociação já!”	2014-01-30
D6	Petição à AR: Carta aos Deputados da AR	2014-01-30
D7	Petição à AR: Apêndice I - A urgência da renegociação da dívida pública e os seus desafios	2014-01-30
D8	Petição à AR: Apêndice II - Da participação dos cidadãos e do direito à informação acerca dos assuntos públicos	2014-01-30
D9	Conferência Parlamentar sobre a Dívida: Preparar a renegociação da dívida	2014-12-17

Fonte: Elaboração própria

A representação sistémica desses momentos com os respetivos inputs e outputs consta da Figura 4.

Figura 4 Representação sistémica dos 4 momentos na vida da IAC



Fonte: Elaboração própria

c) Análise de conteúdo

Dos documentos escolhidos para a elaboração da análise descritiva procedeu-se à análise tipológica tendo-se destacado 10 variáveis, como ideias-chave, cuja dinâmica é potencialmente justificativa da ação coletiva empreendida pela IAC e que se encontram discriminadas no quadro 5.

A Matriz da Análise Tipológica consta do Apêndice 6 e discrimina as diversas formulações que cada uma das ideias-chave assumiu em cada um dos documentos do corpus de análise.

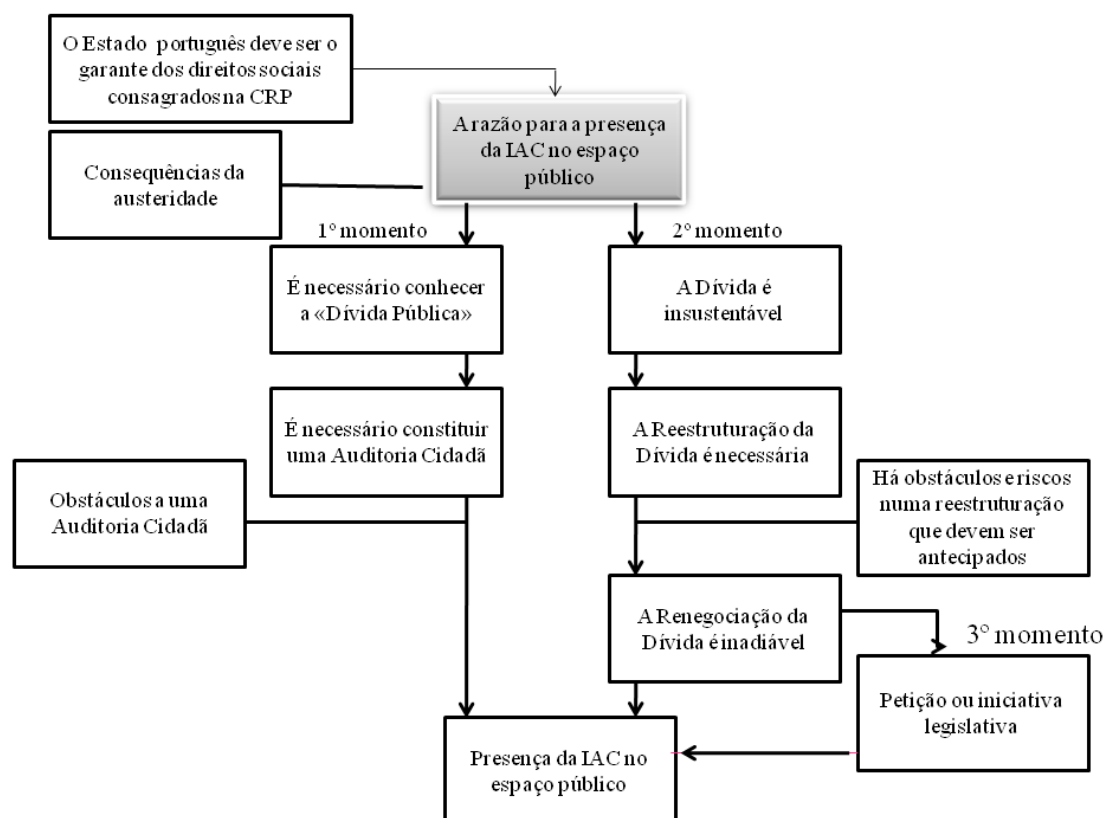
Quadro 5 Quadro das Variáveis - ideias-chave - usadas na Argumentação

Sigla	Variáveis	Ideia-chave
V1	É necessário conhecer a «Dívida Pública»	Transparência cívica da dívida
V2	É necessário constituir uma Auditoria Cidadã	Relevância de uma Auditoria Cidadã
V3	Obstáculos a uma Auditoria Cidadã	Condicionantes de uma Auditoria Cidadã
V4	O Estado português deve ser o garante dos direitos sociais consagrados na CRP	Legitimação constitucional
V5	A Dívida é insustentável	Insustentabilidade da dívida
V6	A Reestruturação da Dívida é necessária	Reestruturação da Dívida como estratégia
V7	A Renegociação da Dívida é inadiável	Urgência da Renegociação da Dívida
V8	Há obstáculos e riscos numa reestruturação que devem ser antecipados	Antecipação dos obstáculos e riscos numa reestruturação
V9	Consequências da austeridade	Consequências da austeridade
V10	Presença da IAC no espaço público	Presença da IAC no espaço público

Fonte: Elaboração própria

O fluxograma representado pela ilustração 6 representa a articulação das 10 ideias-chave que explicam a razão da presença da IAC no espaço público:

Figura 6 A razão para a presença da IAC no espaço público



Fonte: Elaboração própria

De que pode fazer-se a seguinte leitura:

Tendo como pressupostos: i) O Estado português deve ser o garante dos direitos sociais consagrados na Constituição da República Portuguesa; ii) As consequências das políticas de austeridade.

No 1º momento (Convenção de Lisboa) concluiu-se: i) É necessário conhecer a dívida pública; ii) É necessário constituir uma auditoria cidadã

Porém, conhecendo os obstáculos técnicos e políticos a uma auditoria cidadã, é preciso um reforço de informação: i) é necessária a presença da IAC no espaço público.

No 2º momento (1º Encontro Nacional da IAC), munidos dos conhecimentos técnicos constantes do Relatório Preliminar do grupo técnico, e perante a insistência nas políticas de austeridade, conclui-se: i) A dívida é insustentável; ii) A reestruturação da dívida é necessária.

e, conhecendo os obstáculos e riscos existentes numa reestruturação que devem ser antecipados para que o Estado e os cidadãos estejam preparados, conclui-se que: i) A renegociação da dívida é inadiável; ii) Deve dar-se início a uma campanha de sensibilização e mobilização da opinião pública recorrendo a uma **petição pública** ou iniciativa legislativa

No 3º momento: i) Petição pública “Pobreza não paga a dívida. Renegociação já!”.

d) Organização e Construção de Dossier Eletrónico:

Os nove documentos seleccionados encontram-se arquivados em fichas, numa pasta electrónica, estando cada ficha identificada com o título e a data de publicação.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo, seguimos o enquadramento dos elementos estruturais do espaço público definidos no modelo de análise:

1. Atores
2. Processos
3. Temas
4. Vozes

explicitando os procedimentos metodológicos e a definição dos algoritmos criados para análise dos dados.

4.1 Atores

Tomou-se como base a análise da estratégia dos atores apresentada em Guerra (2006) segundo a qual uma matriz de identificação dos atores e/ou dos atores *empreendedores da causa* é um instrumento para compreender a interação entre as pessoas e as políticas ou as instituições.

Para caracterizar os Atores, consideramos os seguintes indicadores, conforme quadro 7:

1. Sexo;
2. Escalão etário

Quadro 7 Indicadores de caracterização dos Atores

Indicadores	Codificação	Descrição	Significado
Sexo	"F"	Feminino	Feminino
	"M"	Masculino	Masculino
Escalão etário	1	[<26]	Idade inferior a 26 anos
	2	[26, 40]	Idade compreendida entre os 26 e os 40 anos
	3	[41, 55]	Idade compreendida entre os 41 e os 55 anos
	4	[56, 70]	Idade compreendida entre os 56 e os 70 anos
	5	[>70]	Idade superior a 70 anos

Fonte: Elaboração própria

Para avaliar a sua participação na vida do movimento, criamos os seguintes indicadores (quadro 8):

Quadro 8 Indicadores de valoração da intervenção dos Atores

Indicador	Codificação	Fator de ponderação	Significado
Tipologia de intervenção / Fator de ponderação	1	1	Promotor ou apoiante da Convenção de Lisboa
	2	2	Subscritor da petição "Pobreza não paga a Dívida"
	3	3	Moderador / Apresentador / mesa de eventos
	4	4	Orador / Conferencista
	5	5	Autor de estudos / artigos
	6	6	Membro da Comissão de Auditoria_17dez
	7	7	Membro da Comissão de Auditoria_19jan
	8	8	Membro da Comissão Executiva
Cardinal	# (eventos 3 ou 4) Ou (1), se outras tipologias		Nº de participações do Ator em sessões públicas
Coefficiente de Participação	Σ (cardinal * ponderação da tipologia de intervenção)		Somatório das participações do Ator em eventos, valorada pelo produto de cardinal pelo respetivo fator de ponderação

Fonte: Elaboração própria

Em que a «Tipologia de intervenção» é caracterizada por um código (algarismo com valor de 1 a 8, respeitando a sequência); um fator de ponderação (algarismo com valor de 1 a 8, coincidindo com o código); um item correspondente ao cardinal da participação do ator em sessões públicas nas funções de moderador, apresentador, orador ou conferencista ou com o valor 1, nas restantes tipologias; o coeficiente de participação do ator obtido pelo somatório dos produtos de cardinal pelo fator de ponderação referente aos tipos de intervenção desempenhados pelo ator conforme regra de cálculo:

$$\text{Coeficiente de intervenção} = \Sigma (\text{cardinal} * \text{ponderação da tipologia de intervenção})$$

Designamos por «intervenção total» o somatório dos coeficientes de intervenção.

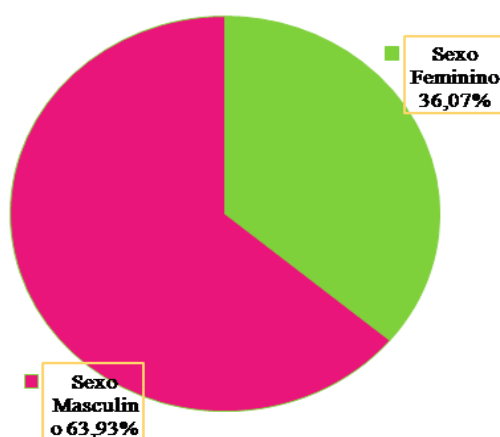
A estrutura da matriz construída privilegia a caracterização da participação do ator na ação coletiva. O algoritmo criado para determinar o coeficiente de participação de cada ator valoriza as dimensões frequência e continuidade: no primeiro caso expresso pelo indicador “cardinal” aplicado às sessões públicas; no segundo caso, através do “fator de ponderação”, específico de cada tipologia de intervenção, com um valor crescente acompanhando o desenrolar da ação e a organização do movimento. O fator de ponderação reflete, pois, para além da participação, o engajamento na organização do movimento, permitindo identificar os “atores-motores”, isto é, os empreendedores da causa.

Apresenta-se seguidamente os dados e a respetiva análise de acordo com a metodologia proposta.

Encontramos na corrente da «democracia participativa» referida em Guerra (2006) - caracterizada pela crescente complexidade e fragmentação social nas formas de associação e pela procura de novas formas de associação sociopolítica, desafiando os limites da democracia representativa - o suporte teórico para a análise das formas de participação dos atores. É pois uma metodologia «etnopolítica» centrada na análise da participação.

Assim sendo, o estudo incidiu no conjunto dos 341 «atores» – 63,93% do sexo masculino e 36,07% do sexo feminino cf. gráfico 9 - que manifestamente se envolveram nesta ação coletiva. A intervenção total calculada foi de 789 unidades de participação.

Gráfico 9 Caracterização dos Atores - Sexo

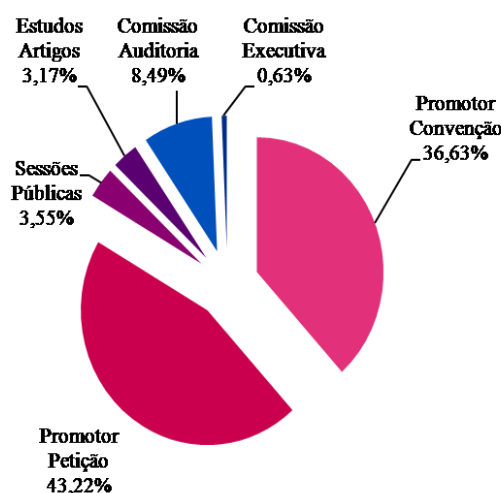


Fonte: Elaboração própria

Quanto à dimensão do seu envolvimento nesta ação coletiva, cf. gráfico 10, distribuíram-se do seguinte modo: 36,63% na promoção da Convenção de Lisboa (o início formal desta ação coletiva); 8,49% na Comissão de Auditoria, o órgão dirigente da IAC; 3,17% interveio na autoria de estudos e de artigos técnicos; 3,55% tomou lugar nas mesas para debate dos temas como moderador ou conferencista e 0,63% fez parte da Comissão Executiva da IAC. A Promoção da Petição preencheu 43,22% da intervenção dos Atores.

No estudo considerou-se que a totalidade dos atores (e não só os que o manifestaram expressamente) subscreveram a Petição “Pobreza não paga a dívida: Reestruturação já!”.

Gráfico 10 Distribuição dos Atores por Tipologia de Intervenção



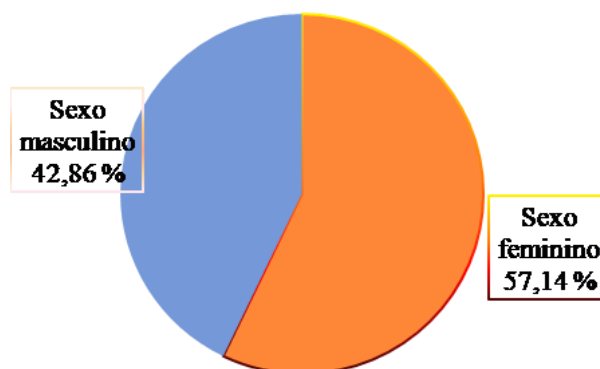
Fonte: Elaboração própria

- **Os Atores-Motores**

Ordenando a Matriz de Identificação dos Atores por coeficiente de intervenção obteve-se o conjunto dos Atores com maior envolvimento na ação coletiva e que designamos por «Atores-Motores» ou «Atores empreendedores da causa» cf. Quadro 14.

Destacam-se como Atores-Motores, *empreendedores da causa*, um conjunto de 14 personalidades, 57,14% do sexo feminino e 42,86% do sexo masculino, cf. Gráfico 11.

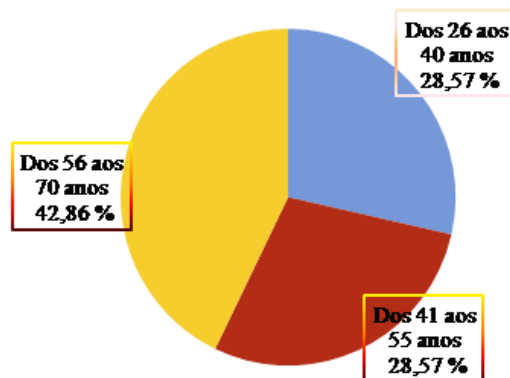
Gráfico 11 Caracterização dos Atores-Motores: Sexo



Fonte: Elaboração própria

Quanto às suas idades, encontram-se repartidas pelos três escalões etários centrais – 28,57% entre os 26 e os 40 anos e entre os 41 e os 55 anos e 42,86% entre os 56 e os 70 anos, conforme gráfico 12.

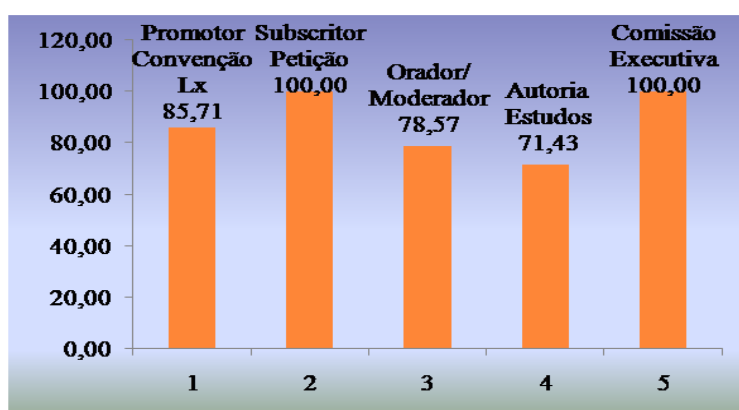
Gráfico 12 Caracterização Atores-Motores: Idade



Fonte: Elaboração própria

Na sua totalidade são membros da Comissão Executiva da IAC. Cumulativamente, 71,43% são autores de estudos ou artigos e 78,57% participaram ativamente em sessões públicas com funções de orador ou moderador. De realçar que apenas 85,71% foram promotores da Convenção de Lisboa, tendo os restantes vindo a ser integrados na organização da IAC ao longo do processo. O gráfico 13 dá-nos o quadro dessa distribuição.

Gráfico 13 Caracterização Atores-Motores por Tipologia de Intervenção



Fonte: Elaboração própria

Quanto à sua área de formação académica são maioritariamente economistas - 35,7% - repartindo-se os restantes pelas áreas de engenharia, filosofia, sociologia, informática e jornalismo; sobre o seu estatuto profissional 35,7% já deixaram a vida ativa e, dos restantes, 75% enquadram-se no meio académico.

Quadro 14 Matriz dos Atores-Motores

Ator	Área de Formação	Ocupação Profissional	Sexo		Escala etária					Coeficiente Intervenção	
			F	M	1	2	3	4	5		
José Castro Caldas	Economia	Professor universitário; Investigador		1					4		89
Eugénia Pires	Economia	Estudante de doutoramento	1			2					57
Martins Guerreiro	Engenharia naval	Oficial da Marinha; Reformado		1					4		64
Isabel Castro		Bancária; Deputada AR; Reformada	1				3				48
Sara Rocha	Economia	Funcionária do BE	1			2					45
Luisa Teotónio Pereira		Dirigente associativa; Reformada	1					4			49
Mariana Mortágua	Economia	Economista	1			2					41
Rosário Caetano	Filosofia	Professora do ensino secundário	1				3				48
Ana Benavente	Sociologia	Professora universitária	1						4		40
João Camargo	Engenharia Agronómica	Liga para a Proteção da Natureza		1		2					33
Sandro Mendonça	Economia	Professor universitário		1				3			33
Alcides Santos	Informática	Técnico de informática	1					3			29
Ramiro Rodrigues		Oficial da Marinha; Reformado		1					4		24
Ribeiro Cardoso	Jornalismo	Jornalista; Reformado		1					4		24
TOTAIS:			8	6	0	4	4	6	0		
%			57,14	42,86	0,00	28,57	28,57	42,86	0,00		

Fonte: Elaboração própria

Algumas destas personalidades estão ligadas a outros movimentos sociais cf. quadro 15.

Quadro 15 Intervenção dos Atores-Motores em outros Movimentos Sociais

Ator	Outros movimentos
José Castro Caldas	CDA - Congresso Democrático das Alternativas
Eugénia Pires	Voluntariado junto de pessoas sem-abrigo
Martins Guerreiro	Associação 25 de Abril; Amnistia Internacional
Isabel Castro	Verdes Europeus
Luisa Teotónio Pereira	CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
João Camargo	Associação Precários Inflexíveis

Fonte: Elaboração própria

Para cada um destes nomes efetuou-se uma pesquisa de dados biográficos no sítio da IAC e no Google tendo-se reproduzido a informação disponível *online* e que consta do Apêndice 14.

4.2 Processos

Os espaços de intervenção na coisa pública, não pertencendo ao Estado nem ao mercado, são espaços alargados devido à variedade dos atores, sendo a participação encarada como um processo de maturidade democrática e propiciando a descoberta de novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Nesta perspetiva, Guerra (2006) designa-a de «pedagogia da emancipação coletiva» centrando-se o seu estudo nos processos, objetivos e resultados das formas da ação coletiva.

Caraterizados os Atores, passamos a analisar os processos, objetivos e resultados das formas da ação coletiva.

Importa realçar que a definição dos objetivos e a forma de organização interna foi efetuada por deliberação em assembleia, segundo um modelo de democracia deliberativa ou reflexiva, também designado como modelo republicano da esfera pública, como é referido em Innerarity (2010). Segundo este autor, é mérito desta metodologia os debates poderem gerar informações adicionais que podem confirmar ou modificar as propostas apresentadas à assembleia; processos comunicativos que contribuem para formar e transformar as opiniões, elaborando coletivamente formas comuns de convivência.

O contributo das assembleias para a formulação dos objetivos e dos processos dinâmicos da ação coletiva é patente no quadro seguinte, a figura 16, onde se pretende sintetizar a visão sincrónica e diacrónica dos dois momentos em que as assembleias deliberaram: a Convenção de Lisboa em 2011.12.17 e o 1º Encontro Nacional da IAC, em 2013.01.19:

1) Análise Sincrónica:

Na Convenção de Lisboa: da Convocatória para a Resolução final a nuvem de «auditoria, dívida, pública, Estado» dá lugar a uma nuvem em que «processo, austeridade, crise, endividamento» ganham especial relevo.

No 1º Encontro Nacional: do Relatório técnico preliminar para a Resolução final, a nuvem de «milhões, dívida, pública» e as palavras associadas ao tratamento quantitativo (PIB, valor, euros, juros e taxas) dão lugar a uma nuvem de «processo, auditoria, dívida pública, comissão renegociação» e em que ganham relevo «sociedade» e «IAC».

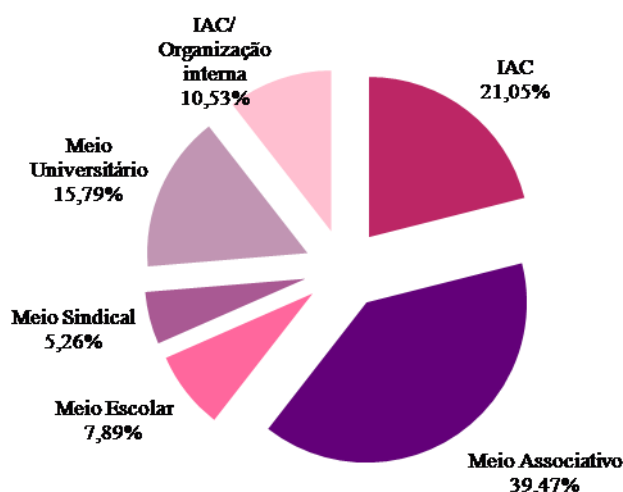
2) Análise Diacrónica:

Da Resolução Final da Convenção de Lisboa para o 1º Encontro Nacional – Relatório Técnico Preliminar e Resolução Final: a evolução da nuvem de: «processo, austeridade, crise, endividamento», que marcou a deliberação sobre a necessidade de se desenvolver estudos técnicos para: «processo, auditoria, dívida pública, comissão renegociação, sociedade, IAC» onde já existe deliberação para reivindicar a «renegociação», baseada no estudo técnico entretanto elaborado e constante do Relatório Técnico Preliminar.

a) Debates

As sessões públicas de debate foram promovidas em 39,47% por organizações do meio associativo, em 15,79% por instituições do meio universitário, 7,89% por entidades do meio escolar e em 5,26% por organizações do meio sindical. As restantes foram promovidas diretamente pela IAC, sendo que 10,53% visou a organização do movimento, conforme gráfico 18.

Gráfico 18 Contextos das Entidades promotoras dos Debates

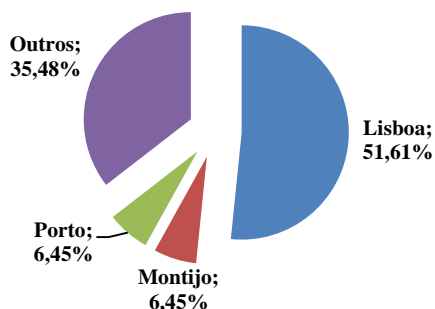


Fonte: Elaboração própria

Algumas das sessões revestiram-se de um significado mais alargado de que é exemplo a sessão em que 27 alunos do ensino secundário da Dinamarca, acompanhados por dois professores, vieram participar numa sessão de reflexão e esclarecimento sobre o conceito de austeridade e o seu impacto na atual vida quotidiana dos portugueses, no âmbito de um programa de intercâmbio pedagógico.

Quanto à distribuição geográfica dos locais onde ocorreram os debates, 51,61% tiveram lugar em Lisboa e 35,48% distribuíram-se por 11 localidades (Almada, Arouca, Coimbra, Corroios, Covilhã, Faro, Loulé, Monte da Caparica, Quarteira, Salvaterra de Magos e Setúbal); Porto e Montijo acolheram 2 realizações. Situação representada no gráfico 19.

Gráfico 19 Distribuição Geográfica dos Debates



Fonte: Elaboração própria

b) Ação Política direta

Em Ação política direta consideramos as seguintes atividades:

1. Distribuição de panfletos e comunicados cuja quantificação não foi possível isolar dado ser normalmente uma atividade complementar de outras formas de ação como os debates, as manifestações e a campanha de lançamento da Petição pública;
2. Petição à Procuradoria-Geral da República denunciando o conflito de interesses no caso da adjudicação à *Ernest & Young* de auditoria às Participações Público-Privadas.
3. Participação em Manifestações: Em 22 de março de 2012, a Auditoria Cidadã na Manifestação da Greve Geral, com a distribuição do folheto “4 perguntas sobre dívida pública”; Em 15 de setembro de 2012 acompanhada de distribuição de folhetos; Em 2 de março de 2013 com uma faixa com a seguinte mensagem: «IAC — o povo também é credor!»; e distribuição do folheto de divulgação e apelo à participação na campanha pela necessidade de renegociar a dívida
4. Em 11 de março de 2013 apresentação do documento: «Pela inclusão de uma perspetiva de género na auditoria cidadã à dívida pública» integrando a Campanha Feminista Anti-Austeritária, da Marcha Mundial das Mulheres.
5. A Petição Pública “Pobreza não paga a dívida. Renegociação já!” preencheu 63,64% das atividades classificadas como ação política direta. Discriminando as atividades consideradas: lançamento de documentos acompanhando a

angariação de assinaturas; entrega da Petição na Assembleia da República em conjunto com uma carta dirigida a todos as deputadas e deputados; reuniões com Partidos Políticos (PS, CDS, PCP, BE e PEV); intervenção na Conferência Parlamentar sobre Dívida Pública.

O gráfico 20 representa a distribuição das várias formas da ação política direta.

Gráfico 20 As várias formas de Ação Política Direta



Fonte: Elaboração própria

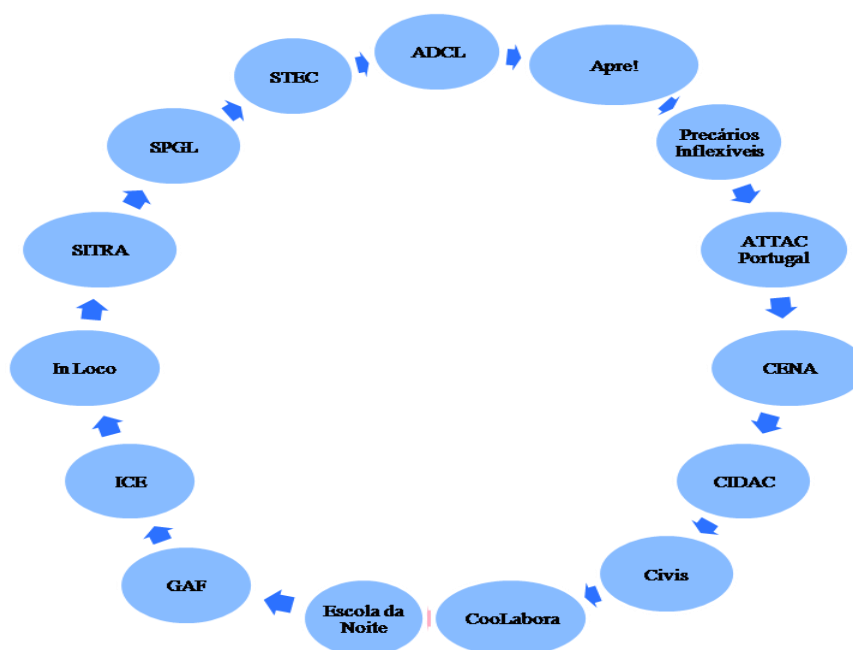
c) Rede dos Movimentos Sociais

Com a noção de rede pretende-se descrever as interações existentes entre entidades heterogéneas que, como é referido em Guerra (2006, p. 28), são o reflexo da cooperação mais ou menos estável, não hierárquica, entre organizações que se conhecem e se reconhecem, podendo partilhar recursos.

O conceito de parceria ou partenariado refere-se a aglomerados de atores estruturados em função da ação coletiva, por adesão voluntária. Citando Nóvoa, Guerra (2006, p. 29) define o partenariado como “a cooperação entre múltiplos parceiros locais em torno de projetos comuns ou convergentes, edificando espaços de solidariedade”.

A Figura 21 representa a rede dos Parceiros Locais da IAC. A descrição das siglas pode ser consultada no Quadro 22.

Figura 21 Rede dos Parceiros Locais da IAC



Fonte: Elaboração própria

Quadro 22 Legenda da Rede de Parceiros Locais da IAC

Sigla	Descrição
ADCL	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais
APRE!	Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados
Precários Inflexíveis	Associação de Combate à Precariedade
ATTAC	Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos
CENA	Sindicato dos Músicos, Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual
CIDAC	Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
Cívus	Associação para o Aprofundamento da Democracia
CooLabora	CooLabora
Escola da Noite	Grupo de Teatro de Coimbra
GAF	Grupo Aprender em Festa
ICE	Instituto das Comunidades Educativas
In Loco	Associação in loco – Pensar no global, agir no local
SITRA	Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes
SPGL	Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
STEC	Sindicato dos Trabalhadores do Grupo Caixa Geral de Depósitos

Fonte: Elaboração própria

- **Interação com Movimentos Sociais no âmbito internacional:**

Pereira (2008) considera que a internacionalização dos movimentos sociais ocorre com base em distintos mecanismos de rede e processa-se a partir de três dinâmicas distintas, no caso, a participação em coletivos e associações nacionais em redes e plataformas inter-associativas internacionais. A IAC subscreveu a Declaração da Conferência de Atenas sobre Dívida e Austeridade, de 8 de Maio de 2011, e aderiu à ICAN - *International Citizen Audit Network*. O quadro 23 apresenta a relação das organizações fundadoras da Declaração da Conferência de Atenas sobre dívida e austeridade.

Quadro 23 Organizações fundadoras da Declaração da Conferência de Atenas sobre dívida e austeridade

Organização	País
Initiative for the Greek Audit Commission	Grécia
European Network on Debt and Development	EU
The Committee for the Abolition of Third World Debt (CADTM)	Bélgica
The Bretton Woods Project, UK	UK
Research on Money and Finance, UK	UK
Debt and Development Coalition Ireland	Irlanda
Afri - Action from Ireland	Irlanda
WEED - World Economy Environment Development, Germany	Alemanha
Jubilee Debt Campaign, UK	UK
Observatorio de la Deuda en la Globalización, Spain	Espanha

Fonte: <http://www.esquerda.net/artigo/declara%C3%A7%C3%A3o-da-confer%C3%Aancia-de-atenas-sobre-d%C3%ADvida-e-austeridade> consultado em 2016.06.19

Ainda segundo a mesma autora, a ampliação destas redes no espaço é facilitada por infra-estruturas tecnológicas como a internet e instrumentos de tradução e adaptação. Além disso, “a construção de referências comuns é incrementada pela partilha de referentes culturais e simbólicos, pela constituição de agendas comuns, pela difusão noticiosa e informativa e pela elaboração de uma memória social transversal coletiva”, estando as páginas de internet das organizações da rede disponíveis para consulta a partir do sítio da IAC na internet.

A IAC participou em iniciativas de âmbito internacional como o Encontro da ICAN (Rede Internacional de Auditorias Cidadãs) na Universidade Aristóteles, em Salónica e

subscreveu os documentos: «27 de Fevereiro de 1953 - o resgate alemão» assinalando o 60º aniversário do «Acordo de Dívida de Londres» para a Alemanha e «O aniversário das promessas por cumprir» - a 15 de Setembro, lembrando o quinto aniversário da falência do banco de investimento de Wall Street, Lehman Brothers, “a mais espetacular falência” na crise financeira de 2007-2008.

Sobre a participação nestas efemérides, Baumgarten (2013) considera que os eventos internacionais e as ideias vindas de movimentos estrangeiros têm eco nas mobilizações portuguesas, contudo são adaptadas para a realidade do país. Igualmente, embora a crise económica e as medidas de austeridade tenham afetado igualmente outros países e embora sabendo que algumas dessas medidas foram decididas ao nível das instâncias governativas europeias, são os políticos portugueses que são responsabilizados nos atos.

No sítio da IAC na internet, foi disponibilizado um resumo da intervenção de Rafael Correa, Presidente do Equador (país que reestruturou a sua dívida com sucesso após uma auditoria cidadã de iniciativa governamental), no encontro que teve com estudantes universitários na *Universidad Pablo de Olavide* em Sevilha, e o vídeo da comunicação daquele estadista na Cimeira em Cadiz.

Promoveu a divulgação de documentos como «Pela inclusão de uma perspetiva de género na auditoria cidadã à dívida pública» apresentado pela Campanha Feminista Anti-Austeritária, da Marcha Mundial das Mulheres e o documento com o título “Nações Unidas Adoptam Directrizes Fortes para a Dívida e os Direitos Humanos”, produzido por *Jubilee Debt Campaign*, relativamente à deliberação do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos com data de 31 de Julho de 2012.

d) Interação com os *media*:

Começamos por analisar a utilização dos *media* nas ações promovidas pela IAC.

- **O sítio da IAC na internet**

A figura 24 apresenta o sítio da IAC na internet, preenchido com o logótipo no canto superior esquerdo e a frase “VER PARA AGIR”.

Figura 24 O sítio da IAC na internet



Fonte: <http://auditoriacidad.info>

O sítio da IAC na internet disponibiliza o acesso à informação da organização. A página inicial apresenta, em três colunas, os itens «opinião», «notícias» e «vídeos» e, permite a seleção dos seguintes domínios:

1. «encontro nacional» composto por «programação», «convidados internacionais», «regulamento», «relatório preliminar», «resolução final» e «discursos»;
2. «notícias» com a divulgação das informações prestadas pela IAC distribuída por 6 páginas;
3. «internacional» permitindo o *link* à rede das organizações internacionais;
4. «outras auditorias»: Alemanha, Bélgica, Brasil, Egito, Equador, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Polónia, Reino Unido e, na Tunísia, às organizações ACET e ATTAC Tunísia);
5. «organizações»: AFRI, Afrodad, ATTAC, *Betton Woods Project*, CADTM, CISDL, DDCI, ECOSOC, Eurodad, Latindadd, *Jubilee Debt Campaign*, Nef, ODG, *Plate-forme Dette et Développement*, *Red Quén debe a Quién*, RMF, TNI, UNCTAD, UNDESA, UNITAR e UNITE Ireland.
6. «documentação»: «simulador da dívida»: permite a simulação da dívida estando documentado com as regras de utilização; «wikidívida», um glossário ou decodificador de termos técnicos relacionados com dívida pública; «comissão de auditoria», os nomes dos atores que constituem a comissão de

auditoria em exercício; «convenção de Lisboa», permitindo a linkagem aos documentos – convocatória, programa, regulamento, constituição da comissão de auditoria eleita, resolução final e, sob o título «apresentado», nove apresentações em power point efetuadas durante a convenção; «foi destaque», com a divulgação das informações prestadas pela IAC que foram destaque e disponibilizando uma caixa para receber o comentário do leitor.

7. «Opinião»: Um conjunto de 6 páginas com artigos de opinião assinados pelo seu autor.
8. «*Media*»: «Bios», divulga a biografia de atores da IAC; «Notícias em meios de comunicação», disponibiliza um conjunto de 3 páginas em que a IAC foi notícia na comunicação social; «Press Release», comunicados de imprensa emitidos pela IAC;
9. «Vídeos»: 2 páginas de vídeos cujos títulos se encontram discriminados nos apêndices 16 e 17; «Cartazes», um conjunto de 10 cartazes de divulgação de iniciativas da IAC de que é possível fazer o download; «A IAC no seu blog», o código para incorporar no blog do leitor e dessa forma efetuar o *link* à página da IAC.
10. «apoiar»: «quero apoiar», disponibiliza uma caixa para receber as informações de contacto do leitor que manifesta o seu apoio à IAC; «quem já apoia»: listagem dos cidadãos que manifestaram o seu apoio à IAC; «A IAC no seu blog», o código para incorporar no blog do leitor e dessa forma efetuar o *link* à página da IAC; «PicBadge para o Facebook», fornece o PicBadge da IAC para o Facebook.

- **Vídeos**

Reproduzindo sessões da IAC, ou produzidos por outras entidades, foram apresentados em sessões públicas e encontram-se acessíveis na página da IAC. Constam, respetivamente, dos apêndices 17 e 16.

- **Ciclo de cinema**

O ciclo de cinema – A Dívida sem cortes - teve lugar no Cinema S. Jorge, em Lisboa, com entrada livre, dedicado ao tema da dívida numa perspetiva internacional, com a seguinte programação, conforme quadro 25:

Quadro 25 Programação do Ciclo de Cinema "A Dívida sem cortes"

Data	Título	Autor
2012.12.10	Memorial del Saqueo	Fernando Solanas
2012.12.11	Portugal: os caminhos da incerteza	François Manceaux
2012.12.11	Da servidão humana	Jean-François Brient
2012.12.11	Cheap Tickets	Konstantinus Iordanou

Fonte: Elaboração própria

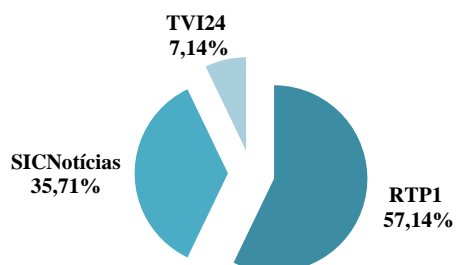
- **Meios de comunicação social**

Para a análise da projeção da IAC nos meios de comunicação social foi efetuada uma pesquisa na internet: televisão e imprensa escrita – jornais diários, semanários e revistas semanais – pela chave «auditoria cidadã» e «auditoria dívida pública», no período compreendido entre 2011.01.01 e 2014.12.31. Os artigos noticiados constam dos Apêndices 10 – Imprensa escrita – jornais diários; 11 – Imprensa escrita – revistas; 12 – Imprensa escrita – jornais não diários; 13 – Imprensa televisiva.

O quadro das notícias publicadas sobre a IAC compõe-se dos seguintes itens: i) órgão de comunicação social; ii) tipo de publicação; iii) data da publicação; iv) descrição sucinta do artigo; v) origem ou autor e/ou organizadas por órgão de comunicação social, data da publicação, descrição sucinta do artigo, origem ou autor e/ou título do programa em que foi noticiado.

O gráfico 26 apresenta a distribuição das notícias nos canais televisivos, o gráfico 27, nas revistas semanais e o gráfico 28 nos jornais diários.

Gráfico 26 A IAC nos canais de Televisão



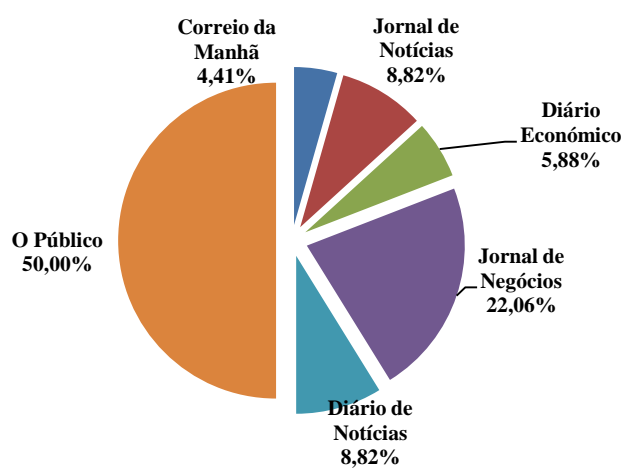
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 27 A IAC na imprensa escrita: Revistas semanais



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 28 A IAC na imprensa escrita: Jornais diários



Fonte: Elaboração própria

e) Sessões de Formação

Por solicitação do Movimento da Democracia Participativa, teve lugar no CIDAC uma jornada de formação, para vinte e seis pessoas inscritas previamente e com a apresentação dos seguintes temas: Auditorias noutros países; Crise atual; O que é a dívida; Casos específicos da dívida portuguesa; Ratoeira da dívida; O papel dos cidadãos. Projeção do filme A Catastroika.

Nas instalações do STEC, realizou-se um Seminário organizado pelo STEC, SPGL, STAD e SFJ em colaboração com a IAC.

Embora os eventos não tenham a classificação de «sessão de formação», refiro ainda três eventos com uma forte componente formativa: 1) sessão de sensibilização sobre a política de austeridade e os seus impactos na vida quotidiana dos Portugueses preparada para uma delegação constituída por vinte e sete alunos e dois professores duma escola secundária da Dinamarca que se realizou nas instalações do CIDAC; 2) debate em Lisboa, no Liceu Camões, para duas turmas do pós-laboral; 3) a participação na Universidade de verão, organizada pela Associação In Loco, em Loulé, sobre o tema «Compreender a crise, reforçar a cidadania».

f) Organização interna da IAC

10,53% das sessões promovidas diretamente pela IAC tiveram como objetivo a sua própria organização, e revestiu-se de diversas formas. Consideramos nesta rubrica o conjunto de ações que espoletaram e consolidaram a IAC enquanto movimento social:

1. Realização da Convenção de Lisboa;
2. Realização do 1º Encontro Nacional;
3. Reuniões com subscritores e apoiantes para potenciar o seu enquadramento nos grupos de trabalho da IAC;
4. Lançamento da petição “Pobreza não paga a Dívida: reestruturação já”.

A **Convenção de Lisboa**, em 17 de dezembro de 2011, o momento da sua criação em cuja Resolução Final (Anexo 02) constam: os princípios fundadores da IAC - democraticidade, natureza participativa, transparência, controlo pelos cidadãos e independência; o enquadramento da IAC no movimento internacional que tem por base

a Declaração de Atenas e a Aliança Europeia de Iniciativas para Auditoria Cidadã; os objetivos a obter, definindo as características exigidas para a auditoria cidadã - integral, instrumental, pedagógica e participativa; a estrutura organizativa - Comissão de Auditoria, eleita pela Assembleia da IAC; Coordenação Executiva para apoio da Comissão de Auditoria; Grupo Técnico para apoio da Comissão de Auditoria.

Em 19 de maio de 2012, teve lugar nas instalações da Associação 25 de Abril, uma reunião de subscritores e apoiantes da IAC da região de Lisboa com o objetivo de integrar nos grupos de trabalho constituídos, os apoiantes e subscritores da IAC que o desejem e ainda não estejam organizados. Em 25 de julho de 2012, teve lugar a primeira reunião da IAC no distrito de Setúbal com vista à formação de um núcleo regional da IAC.

Em 20 de outubro de 2012, a Comissão de Auditoria convocou um Encontro Nacional da IAC para Janeiro de 2013, em Lisboa, destinado a: proceder ao balanço do primeiro ano de atividade da IAC; discutir os resultados obtidos até ao momento; reforçar o envolvimento cívico no processo de auditoria e a sua organização; estabelecer orientações para o futuro.

O 1º Encontro Nacional “Crises não pagam Dívidas” realizou-se, em 19 de janeiro de 2013, nas instalações do Instituto Franco-Português. Sobre a organização interna, foram tomadas as seguintes deliberações conforme Resolução Final (Anexo 04):

- a) Reforçar a iniciativa para a auditoria cidadã reforçando a articulação e a coordenação das atividades de forma a obter melhor aproveitamento das energias de todos os que mostrem vontade de intervir;
- b) A nível internacional, reforçar os contributos para a dinamização das estruturas de cooperação entre movimentos, nomeadamente o ICAN – *International Citizen Debt Audit Network*;
- c) Melhorar a capacidade de integração no trabalho das pessoas que se têm disponibilizado para tarefas diversas;
- d) Não negligenciar as potencialidades da cooperação com outras organizações e movimentos.
- e) A continuação da dinamização regional, fundamental para a mobilização cidadã, deve ser entendida como parte integrante deste propósito;
- f) Urge ultrapassar as limitações existentes nos aspetos financeiros, logísticos e administrativos.

- g) Importa tornar os órgãos da IAC mais eficazes. A Convenção de Lisboa instituiu como órgão principal da IAC a Comissão de Auditoria. Esta comissão, apoiada por uma Comissão Executiva por ela designada, trouxe a IAC até este Encontro Nacional. Em consequência da experiência de um ano, o Encontro Nacional decide reforçar a Comissão de Auditoria, elegendo como novos membros pessoas com participação ativa no trabalho do primeiro ano. Nos termos da resolução da Convenção de Lisboa, incumbe à Comissão de Auditoria a condução e coordenação do processo de Auditoria Cidadã. A Comissão de Auditoria constituirá uma Comissão Executiva em quem delegará as funções de coordenação entre reuniões;
- h) Reforçar a ligação aos movimentos sociais, sensibilizando-os para as questões da dívida e estimulando e apoiando tecnicamente iniciativas que a sociedade civil empreenda no sentido da transparência das contas públicas e do reforço da participação cidadã na fiscalização das instituições.

Em 20 de maio de 2013 teve lugar, em Lisboa, a sessão de lançamento da nova campanha promovida pela IAC e que conta com o apoio de outras organizações da sociedade civil, de índoles diversas e larga cobertura a nível nacional: ADCL, APRe!, ATTAC, CENA, CIDAC, Civis, Colabora, Escola da Noite, GAF, ICE, In Loco, SITRA e SPGL – a Petição pública: "Pobreza Não Paga a Dívida - Renegociação Já!".

4.3 Temas

Os temas constantes da argumentação utilizada pela IAC organizam-se em redor do problema da dívida sob as perspetivas política, de fundamentação técnica e científica, de pedagogia da dívida e, ainda, de mobilização de «aliados». Contra-argumentam o discurso oficial, governamental, sobre a dívida, que classificam de “ *[...] propaganda de matriz neoliberal que promove a ideia de que a dívida pública se ficou a dever sobretudo aos gastos com as funções sociais do Estado*” (Anexo 02_Convenção de Lisboa_Resolução_Final, p. 2).

a) Abordagem política

A IAC considera que existem três mitos que inquinam a discussão sobre a dívida no espaço público (Anexo 03_Encontro Nacional_relatório_preliminar, p. 13-15):

1. A dívida pública foi a principal causa do ataque especulativo contra Portugal em 2011;
2. A dívida pública é produto de uma festa de despesismo público ocorrida recentemente;
3. A dívida pública resulta de uma preferência despesista de um dos partidos do chamado arco da governação.

A contra-argumentação da IAC, na explicação do processo de endividamento do país que conduziu à dívida pública, demonstra que:

[...] a dívida pública não foi a única nem a principal causa do ataque especulativo contra Portugal em 2011. [...] A dívida pública é produto de um processo que se desenrolou ao longo de décadas e não de um surto despesista recente. [...] Tanto o PS como o PPD-PSD e CDS surgem historicamente associados a alguns períodos de endividamento e a outros de estabilidade.

b) Fundamentação técnica e científica

Na explicação técnica e científica do problema da dívida, a IAC utilizou o seguinte enquadramento (Anexo 03_Encontro Nacional_relatório_preliminar, p. 6-121):

1. O **processo de endividamento**, num roteiro com início nos desequilíbrios estruturais da zona euro, passando pelo endividamento português e culminando com a dívida pública;
2. Explicação sobre **o que é a dívida pública**, quem são os credores e como é financiada;
3. A **conta corrente do endividamento**, dos défices estruturais à erosão da base fiscal como fonte de endividamento;
4. Outras fontes de dívida onde são analisadas as dívidas no setor de Transportes, as PPP, as PPP na Saúde, os Resgates Bancários e a socialização das perdas dos privados (caso BPN);
5. A Dívida Privada: da Banca às Empresas e Famílias;
6. A **sustentabilidade da dívida**: A insistência no serviço da dívida a todo o custo tem consequências para o futuro coletivo difíceis de imaginar. Não é apenas o estado social que é posto em causa: a transferência para o exterior da poupança nacional durante uma década equivale à desistência de qualquer tipo de desenvolvimento.
7. **Reestruturações de dívida**: explicação e formas de reestruturação.

c) Pedagogia da dívida

Face ao discurso oficial:

“A dívida é-nos apresentada como justificação para todos os cortes, perdas de direitos e aumento de impostos. Dizem-nos que “gastámos acima das nossas possibilidades” e que agora temos de “proceder a um ajustamento” para pagar a dívida “custe o que custar” (Anexo 03_Encontro Nacional_relatório_preliminar, p. 4).

Os cidadãos questionavam-se:

“De que dívida estão a falar? Quais as causas da dívida? Gastamos mesmo “acima das nossas possibilidades”? É com cortes nos salários e pensões, com aumento de impostos, com recessão e aumento de desemprego – com austeridade – que vamos conseguir pagar a dívida? A dívida deve ser paga “a todo o custo”?” (Anexo 03_Encontro Nacional_relatório_preliminar, p. 4).

Desde logo porque se inferia que a responsabilidade da dívida era dos cidadãos que, tendo gasto acima das suas possibilidades, teriam agora que sentir a responsabilidade moral de aceitar todos os sacrifícios para conseguir o pagamento da dívida.

Foi nas sessões públicas de debate e nos vídeos projetados que os temas relacionados com a “pedagogia da dívida” foram tratados, como se demonstra no quadro 29.

Quadro 29 Sobre a Pedagogia da Dívida

Data	Data	Evento / Tema	Local	Intervenientes
2012.03.23	Debate	A Dívida é moral?	Porto, Café Progresso, 21:30	José Castro Caldas, Economista Jorge Cunha, Teólogo diretor Faculdade Teologia Univ. Católica D. Fernando Luz Soares, Bispo da Igreja Lusitana José Soeiro, Sociólogo - Moderador
2012.05.31	Debate	A dívida deve ser paga a todo o custo?	Coimbra, Café Sta. Cruz, 21:00	José Dias da Silva (Com. Diocesana Justiça e Paz) Mamuel Rocha (Músico) Olinda Louã (sindicalista do STBC e da Comissão da IAC) Rui Duarte (Deputado do PS)
2012.12.06	Debate Vídeo	Questionar a dívida e a sua legitimidade. O crédito, o juro e a usura desde sempre foram questionados vista moral, a partir dos pontos de vistas diversos de doutrinas religiosas, jurídicas e filosóficas.	Biblioteca Museu República e Resistência (cidade universitária)	Filipe Reis, Antropólogo Sheik Munir, Imã da Mesquita Central de Lisboa Dulce Cabete, Igreja Evangel. Presbiteriana Lisboa Valentim Gonçalves, Sacerdote Católico Isabel Castro - Moderadora
2013.04.15	Debate	Ciclo Cafés com debate - tema - "Da vizinã à cidadania" a convite do Clube Antárquico do Montijo, da Câmara Municipal do Montijo e da Escola Profissional	Galria Municipal do Montijo	José Castro Caldas Alcídio Torres (vereador da C. M. Montijo).
2013.04.20		Auditoria Cidadã à Dívida Pública Portuguesa – Ponto da Situação Promovido pelo CUCP – Clube UNESCO da Cidade do Porto	Porto - Auditório Casa do Infante	José Castro Caldas
2013.09.10	Debate Vídeo	Compreende a crise, reforçar a cidadania Participação na Universidade de Verão organizada pela Associação IN LOCO	Loulé	José Castro Caldas, Economista
2013.11.18	Debate	«Nós e a dívida: compreender para enfrentar»	Lisboa - instalações do SPGL	António Avelãs, apresentador Luísa Teotónio Pereira, moderadora Sara Rocha Rosário Caetano
2013.12.12	Debate	O estado da dívida e o estado do país Promovido por: Coolabora, UBI e IAC	Covilhã - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior	José Castro Caldas André Barata Anabela Dimis Nuno Augusto. Abertura por Alko Costa, Graça Rojão e Luísa Teotónio Pereira.
2014.04.05	Debate	«Compreender a Dívida, conhecê-la, é o primeiro passo para a vencer.»	Arouca - Auditório Geopark	José Castro Caldas Isabel Castro José Reis Moderadores (personalidades de Arouca) Mamuel Brandão Alves António Costa
2014.05.19	Debate	«Conversa» em Lisboa, na Padaria do Povo Nós e a dívida, compreender para enfrentar	Lisboa-Campo de Ourique (a convite do movimento campOvivo)	Rosário Caetano

Fonte: Elaboração própria

d) Mobilização de aliados

A mobilização de aliados esteve presente nos objetivos da ação da IAC desde a preparação da Convenção de Lisboa, situação fundamentada na participação de Costas Lapavistas e de Éric Toussaint em 16 de dezembro de 2011, no cinema S. Jorge, na sessão de apresentação da Convenção com o título “O que é a auditoria cidadã à dívida”.

Nas resoluções finais da Convenção de Lisboa, sobre a cooperação internacional, foi deliberado (Anexo 02_Convenção de Lisboa_Resolução_Final, p. 9):

A IAC enquadra-se dentro de um movimento internacional que tem por base a Declaração de Atenas e a Aliança Europeia de Iniciativas para Auditoria Cidadã. Nesse âmbito, irá: procurar apoio técnico junto das organizações que, à escala internacional,

têm vindo a acumular conhecimento no domínio das auditorias à dívida pública e sua reestruturação; retirar todos os ensinamentos das experiências de auditoria cidadã realizadas noutros países; articular-se com processos semelhantes que decorrem noutros países no quadro da Aliança Europeia de Iniciativas para uma Auditoria Cidadã e com os movimentos subscritores da Declaração de Atenas; subscrever a Declaração de Atenas.

Nas resoluções finais do 1º Encontro Nacional da IAC, ao tratar o reforço da IAC, refere (Anexo 04_Encontro Nacional_Resoluções_Finais, p. 3)::

Reforçar a ligação aos movimentos sociais, sensibilizando-os para as questões da dívida e estimulando e apoiando tecnicamente iniciativas que a sociedade civil empreenda no sentido da transparência das contas públicas e do reforço da participação cidadã nas fiscalizações das instituições.

Contudo, essa ligação já estava expressa nos eventos realizados, desde as ações de política direta – de que são exemplo as manifestações em que participavam conjuntamente – às sessões públicas, quer pela cedência de instalações, quer pela promoção conjunta de iniciativas, incluindo sessões de formação sobre o problema da dívida.

A Petição Pública “Pobreza não paga a dívida. Renegociação já!”, promovida conjuntamente pela IAC e pelos seus «Parceiros Locais» (Apêndice 09_Matriz dos Parceiros Locais) foi a expressão máxima da mobilização de aliados.

4.4 Vozes

Os argumentos de autoridade, inspirando confiança no auditório, estão associados à competência técnica, científica, moral ou profissional dos oradores ou ao aval dado pelo ser testemunho ou pela experiência. Também a argumentação com base em pressupostos comuns foi uma prática corrente, pela participação de personalidades partilhando valores considerados fundamentais, como as comunidades argumentativas. Os valores, como os credos religiosos, ou a pertença a lugares do universo de referência dos parceiros na comunicação também contribuem para facilitar o enquadramento do real. Em todas as sessões públicas, entre os oradores ou os convidados destacava-se a participação de personalidades que se enquadram nestas categorias de argumentação,

como se mostra nos quadros 30 e 31. A legenda com o significado das cores encontra-se no quadro 32.

Quadro 30 As Vozes no Enquadramento do real, nos Debates

Data	Local	Evento / Tema	IAC	Convidados
2011.12.16	Cinema Jorge	S. O que é a auditoria cidadã à dívida	Ana Benavente	Costas Lapavistas Eric Toussaint
2011.12.17	Cinema Jorge	S. Convenção de Lisboa	Sara Rocha Sandro Mendonça Bruno Maia Eugénia Pires Frederico Pinheiro João Camargo João Neves Mariana Mortágua José Gusmão Luís Bernardo	Costas Lapavistas Maria Lúcia Fatorelli Eric Toussaint
2012.02.25	Fábrica de Prata	Braço Debate em Lisboa "Euro: fim ou princípio do mercado	José Castro Caldas Maria Eugénia Pires	João Cravinho Octávio Teixeira
2012.03.23	Porto, Progresso	Café A Dívida é moral?	José Castro Caldas José Soeiro, Sociólogo - Moderador	Jorge Cunha, Teólogo dir. Fac. Teologia Univ. Católica D. Fernando Luz Soares, Bispo da Igreja Lusitana

Data	Local	Evento / Tema	IAC	Convidados
2012.05.05	CIDAC Sessão de Formação	Auditorias noutras paízes; filme <i>A Catastroika</i> Crise atual <i>O que é a dívida</i> <i>Casos específicos da dívida portuguesa</i> <i>Ratoeira da dívida</i> <i>O papel dos cidadãos</i>	João Camargo António Romão José Castro Caldas Sara Rocha Guilherme da Fonseca Statter Martins Guerreiro	Eduardo Pereira Luísa Teotónio Pereira
2012.05.31	Coimbra, Café Sta. Cruz	A dívida dever ser paga a todo o custo?	Olinda Lousã (STRC e IAC)	José Dias da Silva (Com. Diocesana Justiça e Paz) Manuel Rocha (Músico) Rui Duarte (Deputado do PS)
2012.06.16	Biblioteca Museu República e	PPP Saúde: Público-Privado, que parcerias?	Bruno Maia	Mário Neves, Presidente Federação Nac. Médicos José Boquimhas, Administrador HPP Saúde Romana Borja Santos, Jornalista do Público
2012.12.03	Univ Pablo Olavide Sevilha	Rafael Correa Fala sobre a Dívida		Rafael Correa, Presidente do Equador
2012.12.06	Biblioteca Museu República e Resistência (cidade universitária)	Questionar a dívida e a sua legitimidade. O crédito, o juro e a usura desde sempre foram questionados do ponto de vista moral, a partir das diversas doutrinas religiosas, jurídicas e filosóficas.	Filipe Reis, Antropólogo Isabel Castro - Moderadora	Sheik Munir, Imã da Mesquita Central de Lisboa Dulce Cabete, Igreja Evangélica Presbiteriana Lisboa Valentim Gonçalves, Sacerdote Católico

Fonte: Elaboração própria

Quadro 31 As Vozes, no Enquadramento do real, nos Debates

Data	Local	Evento / Tema	IAC	Convidados
2013.01.19	Instituto Franco-Português	1º Encontro Nacional Crises não pagam Dívidas	José Castro Caldas Nuno Teles Sara Rocha Alexandre Romeiras Ana Costa António Carlos Santos Bruno Maia Eugénia Pires Frederico Pinheiro João Camargo João Neves José Carlos Ferreira José Gusmão Luis Bernardo	Costas Lapavistas Maria Lúcia Fatorelli Eric Toussaint, CADTM Frédéric Boccard, BURO-Pen Nick Dearden, Jubilee Debt Campaign Antonio Sanabria Matin, ATTAC Espanha
2013.04.15	Galeria Municipal do Montijo	Ciclo Cafés com debate - tema - "Da vilania à cidadania" a convite do Clube Aurlânquico do Montijo, da Câmara Municipal do Montijo e da Escola Profissional	José Castro Caldas	Alcídio Torres (vereador da C. M. Montijo).
2013.09.10	Loulé	Compreende a crise, reforçar a cidadania Participação na Universidade de Verão organizada pela Associação IN LOCO	José Castro Caldas	
Data	Local	Evento / Tema	IAC	Convidados
2013.12.12	Covilhã - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior	O estado da dívida e o estado do país Promovido por: Coolabora, UBI e IAC	José Castro Caldas Luísa Teotónio Pereira (abertura)	André Barata Anabela Dinis Nuno Augusto. Aldo Costa (abertura) Graça Rojão (abertura)
2014.04.05	Arouca - Auditório Geopark	«Compreender a Dívida, conhecê-la, é o primeiro passo para a vencer.»	José Castro Caldas José Reis Isabel Castro	Moderadores (personalidades de Arouca) Manuel Brandão Alves António Costa
2014.12.17	Lx Casa América Latina	da Reestruturas anti-abutre: lições da América Latina	Eugénia Pires	Jorge Argüello, embaixador da República da Argentina

Fonte: Elaboração própria

Legenda: Argumentos de autoridade	
Competência	
Experiência	
Testemunho	

Legenda: Argumentos de Pressupostos Comuns	
Valores	
Lugares	
Comunidades Argumentativas	

CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo como objetivo, conhecer como a *IAC-Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida* se mobilizou enquanto agente no espaço público, no período compreendido entre 2011.01.01 e 2014.12.31, estabeleceu-se como etapas parcelares conhecer: os atores desta ação coletiva, as ações públicas que realizaram, quem as promoveu e em que contextos, os temas tratados e as formas de argumentação e, por fim, caracterizar a IAC enquanto movimento social.

O estudo dos atores foi elaborado a partir da construção de uma matriz cuja estrutura, privilegiando a caracterização da participação do ator na ação coletiva, permitiu identificar os “atores-motores”, isto é, os empreendedores da causa. Esta metodologia está em linha com o acionalismo de Touraine que coloca o ator social no centro da atenção, como agente dos sistemas sociais, tal como é defendido em Étienne, Bloess, Noreck e Roux (2008). A caracterização dos atores reporta-se aos atores-motores, cujo resultado confirma a teoria defendida em Cardoso e Jacobetty (2012) e em Stock, Teixeira e Revez (2005) quanto às características dos atores dos novos movimentos sociais. Alguns destes atores cooperam noutros movimentos o que, de acordo com Guerra (2006), aumenta a propensão para participar em atividades sociais e estimula a atividade política.

Quanto aos processos, foi possível apurar que a dinâmica estratégica da IAC se revestiu de formas diversificadas contemplando: a ação política direta, na concretização dos objetivos; o esforço de mobilização através dos debates, das interações com as redes de movimentos sociais e com os *media*; e o reforço da sua organização interna como movimento social.

No que se refere à ação política direta, de acordo com os resultados obtidos, teve especial relevo a participação em manifestações e a apresentação de petições – à Procuradoria-Geral da República e à Assembleia da República - atividades que Bessa (1993) enquadra na cultura política de participação, como canais de participação cidadã expressando sentimentos partilhados. Na interação com os *media*, o sítio da IAC na *internet* ocupa um lugar central, disponibilizando a consulta de toda a documentação sobre o movimento, o acesso às redes sociais – *facebook e twitter* – e o interface para a blogosfera, constituindo-se como um nó da sociedade em rede, alimentando a circulação

da informação e da comunicação no espaço dos *media*, como refere Castells (2011). Foi possível apurar que também as relações com a comunicação social foram alvo de especial atenção, em linha com Stock, Teixeira e Revez (2005) na caracterização dos novos movimentos sociais. As notícias publicadas sobre a IAC constam do item “A IAC foi notícia”. Os resultados mostram que, na análise efetuada à imprensa escrita, jornais diários, 50% das notícias foram publicadas pelo jornal *Público* e 22,6% pelo *Jornal de Negócios*, sendo estes os jornais que deram mais visibilidade ao movimento. Relativamente à cobertura televisiva, a *RTP* com 57,14%, foi a estação que deu maior cobertura noticiosa eventualmente no cumprimento da sua função de serviço público; seguiu-se-lhe a *SIC Notícias*, com 35,71%. Os meios de comunicação social referidos enquadram-se em perfis de consumo característicos de extratos socioeconómicos de nível médio alto.

Na interação com os movimentos sociais distinguimos as relações de parceria estabelecido com os movimentos sociais internos, que designamos de parceiros locais em linha com as definições apresentadas em Guerra (2006), e a participação nos eventos promovidos pela ICAN, em linha com o trabalho desenvolvido por Pereira (2008) sobre a convergência em eventos do ativismo transnacional e a participação em plataformas inter-associativas internacionais.

Foi possível apurar que os temas se desenvolveram em torno do problema da dívida, numa abordagem política, técnica e pedagógica, contra-argumentando o discurso oficial, de origem governamental, que atribuía as causas da dívida, ao despesismo do governo anterior, chefiado por José Sócrates, do Partido Socialista. Fundamentando técnica e cientificamente a sua argumentação, o grupo técnico que elaborou o Relatório Preliminar para o 1º Encontro Nacional da IAC concluiu que a dívida pública é produto de um processo que se desenrolou ao longo de décadas e não de um surto despesista recente no qual, tanto o PS como o PPD-PSD e CDS surgem historicamente associados a alguns períodos de endividamento e a outros de estabilidade.

Pela análise dos resultados constata-se que as ações desenvolvidas, com a envolvimento de outras organizações sociais e sindicais, de estruturas académicas, escolares, culturais e religiosas, simultaneamente com uma ampla divulgação, através de sessões públicas de debate que tiveram uma vasta distribuição geográfica e a participação de atores ou convidados com argumentos de autoridade e prestígio local, propiciaram um

enquadramento do real facilitador das mensagens transmitidas, tal como é defendido em Breton (1998).

Em 22 de outubro de 2014 a petição pública “Pobreza não paga a dívida. Renegociação já!” foi discutida na Assembleia da República, não tendo sido aprovada. Contudo, a IAC foi convidada a intervir na Conferência Parlamentar sobre Dívida Pública, na qualidade de entidade **“relevante, especialista na matéria, tendo como objetivo a identificação de soluções responsáveis e exequíveis para o problema do endividamento, que permitam simultaneamente um crescimento sustentado da economia do país”⁸**.

Neste ponto da pesquisa, ao avaliarmos os resultados, recordamos alguns dos obstáculos com que o movimento, no ponto de partida, considerou que iria confrontar-se e que estão em linha com a teoria expressa em Bessa (1993):

- 1) Resistência política e administrativa à intervenção e à participação cidadã;
- 2) Qualificação da auditoria como um processo perverso, fútil e ameaçador da estabilidade;
- 3) A fraca mobilização da sociedade portuguesa para um processo delicado, exaustivo e moroso.

Foi possível apurar que o lançamento da petição pública “Pobreza não paga a dívida. Renegociação já!” deu uma maior visibilidade ao movimento, desde logo, com expressão na comunicação social e nas ações de política direta, e colocou uma meta de curto prazo nos objetivos do movimento. Confirmando a teoria defendida em Bessa (2002) está, com certeza, a colocação, por parte da IAC, de objetivos parciais e programados e de adaptabilidade à conjuntura. Na Conferência Parlamentar, a IAC foi reconhecida como participante ativo na vida pública completando, assim, uma etapa relevante no processo de mobilização tal como é apresentado em Bessa (2002) e em Stock, Teixeira e Revez (2005).

Neste ponto, resta caracterizar a IAC do ponto de vista da ação coletiva classificando-a quanto ao tipo de movimento social que é, na realidade. Trata-se de um movimento de natureza participativa, orientado simultaneamente para valores – globais e de defesa da

⁸ Resolução da Assembleia da República n.º 94/2014 RAR_94_2014.

democracia – e para normas, uma vez que visa introduzir uma nova prática social: a participação cidadã em caso de renegociação ou reestruturação da dívida pública.

Tendo como base as características apresentadas em Stock, Teixeira e Revez (2005, p. 288), estamos na presença de um novo movimento social: na base ideológica, uma orientação para valores gerais e objetivos concretos, sendo esses valores os característicos do pós-modernismo – direitos humanos e qualidade de vida – e a obtenção de bens ou benefícios coletivos; uma base social de apoio, sem estrutura de classe, ainda que predominem os membros das novas classes médias. Quanto à organização, a existência de redes informais de interação, organização horizontal, não hierárquica, e de processo assemblear, cujas formas de ação visam influenciar a opinião pública e os governantes, ganhar a atenção dos meios de comunicação social e inscrevem-se na política de protesto. De acordo com a classificação de Claus Offe (1992), citado em Stock, Teixeira e Revez (2005, p. 294), trata-se de um movimento sociopolítico dado enquadrar-se “nas formas de ação política não institucional reconhecidas como legítimas, que desenvolvem formas de ação legitimadas e reconhecidas”.

CONCLUSÕES

Após a elaboração deste estudo foi possível dar resposta à pergunta de partida: como a *IAC-Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida* se mobilizou enquanto agente no espaço público, no contexto da dívida pública, entre 2011 e 2014? Assim, depois de proceder à contextualização social, económica e política da emergência da IAC, efetuou-se a análise do processo de mobilização nas quatro componentes: atores, processos, temas e vozes e, no final, caracterizou-se a IAC enquanto movimento social.

Os objetivos da ação coletiva foram definidos na Convenção de Lisboa e compreendiam a avaliação do processo de endividamento e a situação, à data, da dívida pública nas suas diversas componentes, bem como da sustentabilidade social da dívida pública, assegurando a informação ao longo de todo o processo de auditoria. O Relatório Preliminar do Grupo Técnico - sob o título “Conhecer a dívida para sair da armadilha” - apresentado no 1º Encontro Nacional da IAC, foi portador de respostas para as questões colocadas identificando ainda outras fontes de dívida como as PPP, os resgates bancários, o setor dos transportes e a socialização das perdas dos privados tendo como exemplo o caso BPN.

Ao empreender a ação coletiva a IAC enunciou alguns dos obstáculos que se colocariam no seu caminho: desde logo, os obstáculos burocráticos à requisição e obtenção de documentação administrativa, a resistência política e administrativa à intervenção e participação cidadã, a qualificação da auditoria como processo perverso, fútil e ameaçador da estabilidade e a fraca mobilização da sociedade portuguesa para um processo delicado, exaustivo e moroso. O lançamento da petição pública “Pobreza não paga a dívida. Renegociação já!” colocou uma meta de curto prazo nos objetivos do movimento. Ao êxito da petição não foi estranho, certamente, o aparecimento do Manifesto dos 74, igualmente subscrito por alguns dos atores da IAC, numa demonstração de existir um amplo consenso na sociedade portuguesa sobre a crise económica, social e financeira “susceptível de abalar os alicerces do regime democrático”. Mas na base desse êxito, confirmando a teoria defendida em Bessa (2002) está, com certeza, a colocação, por parte da IAC, de objetivos parciais e programados e a adaptabilidade à conjuntura, bem expressa na conclusão da intervenção na Conferência Parlamentar:

“ [...] **Desejavelmente, a renegociação deveria decorrer no enquadramento institucional da União Europeia. É nesse enquadramento, em articulação com outros estados membros, que o governo português deveria tomar a iniciativa.** No entanto, a reestruturação da dívida não pode ser postergada indefinidamente”⁹.

O reconhecimento social e institucional dos aliados institucionais e dos apoiantes permite que se avalie como um êxito político a ação coletiva empreendida.

Concluindo, este estudo apresenta algumas limitações: a falta de consulta directa das opiniões dos atores constitui-se como limitação. Considera-se que poderia ser um complemento útil a auscultação da opinião dos atores, nomeadamente dos atores-motores, através de entrevistas ou de um *focus group*, para conhecer a auto-apreciação do trabalho desenvolvido e avaliar o impacto dos obstáculos identificados no desenvolver da ação. Tendo esta investigação um carácter exploratório considera-se que apesar da ausência dos dados directos dos atores, se obteve conclusões ricas e fundamentadas. Na mesma lógica, a contribuição de mais especialistas poderia ser um factor positivo para reforçar os conteúdos aqui abordados.

Sendo a dívida pública um problema central na nossa vida coletiva, este estudo pode servir de inspiração, ponto de partida, ou complemento para a comunidade académica desenvolver investigações que tragam mais conhecimento sociológico sobre a matéria. Consideramos que este estudo é inovador porque incide particularmente sobre a auditoria cidadã, oferecendo contributos específicos em áreas ainda pouco estudadas e que merecem atenção, tal como a dívida pública e a mudança social a ela associada.

A elaboração desta dissertação contribuiu para a investigadora adquirir mais conhecimentos na área da dívida pública e dos movimentos sociais, incentivando-a à observação do evoluir dos processos de auditoria cidadã que decorrem a nível europeu e às alterações que vão acontecendo no sistema financeiro internacional. Contribuiu ainda para o melhoramento do método e da capacidade de pesquisa científica. As dificuldades que se sentiram ao longo da elaboração deste estudo estimularam a perseverança e resiliência da autora.

Relativamente à atividade da IAC e aos seus objetivos, de acordo com os seus atores:

⁹ Anexo 09_IAC_Conferência Parlamentar , p.7.

“ [...] Só será concluída no momento em que a servidão da dívida seja vencida e em que a vida, a justiça social e a esperança prevaleçam sobre os interesses de quem tem como única finalidade a acumulação de riqueza. Até lá, há uma batalha a travar para conhecer e compreender melhor a dívida, denunciar o seu pagamento a todo o custo e mobilizar a cidadania em favor de soluções que existem, mas exigem escolhas difíceis, determinação e apoio popular” (Anexo 03_Encontro Nacional_relatório_preliminar, p. 121).

Através desta pesquisa tomou-se contacto com a rede dos movimentos sociais de auditoria cidadã da dívida pública, um universo ainda pouco conhecido, mas com expressão em muitos países europeus. Admitindo que o problema da dívida pública na União Europeia ainda agora começou, julgamos que se abre um novo campo de trabalho e de observação na área da Sociologia.

BIBLIOGRAFIA

- Barata, Ó. S. (2004). *Introdução às Ciências Sociais*. Lisboa: Bertrand.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Baumgarten, B. (2013). *Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011*. Obtido em 14 de 04 de 2016, de csi.sagepub.com : Downloaded from csi.sagepub.com at b-on: 00800 Universidade Tecnica de Lisboa on April 14, 2016
- Becker, H. S. (1992). Cases, causes, conjunctures, stories, and imagery. In C. C. Ragin, & H. S. Becker, *What is a Case?* (pp. 205-216). New York: Cambridge University Press.
- Bertaux, D. (1997). *Les Récits de Vie: Perspective Ethnosociologique*. Paris: Nathan.
- Bessa, A. M. (2002). *Elites e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bessa, A. M. (1993). Tese da Participação como Bem Social. In A. M. Bessa, *Quem Governa?* (pp. 598-600). Lisboa: ISCSP.
- Bilhim, J. (28 de 2 de 2008). Políticas Públicas e Agenda Política. *Revista de Ciências Sociais e Políticas* , pp. 99-121.
- Breton, P. (1998). *A Argumentação na Comunicação*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Caldas, J. C. (2013). *O impacto das medidas 'anti-crise' e a situação social e de emprego: Portugal*. União Europeia, Comité Económico e Social Europeu. Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu - Unidade de Visitas e Publicações.
- Campenhoudt, L. V. (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, G., & Jacobetty, P. (2012). Culturas de Pertença e Mudança Social em Rede. In M. Castells, J. Caraça, & G. Cardoso, *Rescaldo e Mudança As Culturas da Crise* (pp. 207-238). Lisboa: Esfera do Caos Editores.

- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castells, M. (2011). *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M., Caraça, J., & Cardoso, G. (2012). *As Culturas da Crise Económica*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Étienne, J., Bloess, F., Noreck, J.-P., & Roux, J.-P. (2008). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Plátano Editora.
- Fattorelli, M. L. (2013). *Auditoría Ciudadana de la deuda pública*. Brasília: Inova Editora.
- Guerra, I. C. (2006). *Participação e Ação Coletiva - Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Princípia.
- Guerra, I. C. (2008). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e Formas de uso* (1ª edição Junho de 2006 ed.). Cascais: Princípia Editora Lda.
- Hansotte, M. (2005). *As Inteligências Cidadãs - Como se Adquire e Inventa a Palavra Coletiva*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Haro, F. A. (2015). As retóricas da crise em Portugal. *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, pp. 77 - 92.
- Haro, F. A. (julho-setembro de 2012). Una lectura eliasiana de la crisis financiera. *Revista Mexicana de Sociología*, pp. 363-394.
- Innerarity, D. (2010). *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Editorial Teorema, SA.
- Killian, D. S., Garvey, J., & Shaw, F. (2011). *Uma Auditoria da Dívida Pública Irlandesa*. Universidade de Limerick.
- Mateus, A. (2013). *25 Anos de Portugal Europeu- A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Molénat, X., Becker, H., Boudon, R., Cabin, P., Crozier, M., Dortier, J.-F., et al. (2011). *Sociologia - História, Ideias, Correntes*. Lisboa: Edições Texto Grafia, Lda.
- Moreira, A. (2012). *Ciência Política*. Coimbra: Edições Almedina.

- Nunes, A. A. (2013). *A Crise do Capitalismo: Capitalismo Neoliberalismo Globalização*. Lisboa: Página a Página - Divulgação do Livro, SA.
- Offe, C. (1992). *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid : Alianza Editorial.
- Pereira, I. (2008). Activismo em rede: dinâmicas locais e globais nos movimentos sociais portugueses. *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas* (p. 10). Lisboa: APS.
- Piketty, T. (2014). *O Capital no século XXI*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.
- Scott, J., & Marshall, G. (2009). *Dictionary of Sociology*. Oxford: Oxford University Press.
- Sen, A. (2009). *A Ideia de Justiça*. Coimbra: Edições Almedina SA.
- Serra, F., & Marques, R. (no prelo). Europe, Espace Public et Media. Pour un espace public européen. Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Stiglitz, J. E. (2013). *O Preço da Desigualdade*. Lisboa: Bertrand Editora, Lda.
- Stock, M. J., Teixeira, C. P., & Revez, A. M. (2005). *Velhos e Novos Atores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Teles, N. (17 de dezembro de 2010). Fazer uma auditoria à dívida pública soberana. *Jornal de Negócios online*. (R. Faria, Entrevistador)
- Thompson, J. B. (2012). A Metamorfose de uma Crise. In M. Castells, J. Caraça, & G. Cardoso, *Rescaldo e Mudança As Culturas da Crise* (pp. 81-104). Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- Touraine, A. (30 de Jan-Abr de 2006). Na fronteira dos Movimentos Sociais. *Sociedade e Estado, Brasília* , v21, pp. 17-28.
- Wieviorka, M. (2012). Crise Financeira ou Mutaçao Social? In M. Castells, J. Caraça, & G. Cardoso, *Rescaldo e Mudança As Culturas da Crise Económica* (pp. 105-128). Lisboa: Esfera do Caos Editores.

Wnuk-Lipinski, E. (2009). Civil Society and Democratization. In R. J. Dalton, & H.-D. Klingemann, *The Oxford Handbook of Political Behaviour* (pp. 675 - 693). Oxford: University Press.

Yin, R. K. (1998). *Case Study Research. Design and Methods*. Newbury Park: Sage.

APÊNDICES

ANEXOS